



Fernando Bezerra (D) conversa com Gilberto Mestrinho: fim do impasse na Comissão de Orçamento

Estado exportador perde batalha no Orçamento

O governo venceu a queda-de-braço com os estados exportadores na Comissão Mista de Orçamento: conseguiu subtrair R\$ 1,8 bilhão do acordo fechado entre os líderes para compensar efeitos da Lei Kandir.

PÁGINA 7

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.341/73 – Brasília, 27 de março a 2 de abril 2006

EDIÇÃO SEMANAL

Pontos de conflito na CPI dos Correios abrangem desde nome do esquema até lista de indiciáveis

CPI vai examinar relatório em clima de divergência

PÁGINA 10

Bingos ouve Caixa sobre quebra do sigilo de Nildo

PÁGINA 9

Tensão da Guerra Fria e crise na posse de JK e Jango



PÁGINA 12

— cidadania

Sua honra está protegida pela Constituição

Todo cidadão tem assegurada por lei a inviolabilidade de sua vida privada, sua imagem e sua honra. Saiba como se defender dos crimes da palavra – calúnia, injúria e difamação.

PÁGINA 16

PRIVATIZAÇÃO

Polêmica: qual é o caminho para as ferrovias?

PÁGINAS 4 E 5



JULIO FERNANDES/MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Parlamentares apontam prejuízos em privatização malfeita. Empresas afirmam que houve aumento de investimentos

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 13

FRASES

Página 13

VOZ DO LEITOR

Página 13

CONHEÇA O SENADO

Página 16

SALÁRIO MÍNIMO Congresso ainda precisa aprovar lei, mas reajuste para R\$ 350 entra em vigor, mesmo com MP, no dia 1º

Novo valor, com os velhos problemas



Mil e quinhentos reais. Esse é, aproximadamente, o valor que deveria valer hoje o salário mínimo para atender às necessidades básicas do trabalhador e sua família, previstas na Constituição federal. O cálculo é feito rotineiramente pelo Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socio-Econômicos (Dieese). Entre o ideal e o possível, uma diferença de mais de 400%, pois o novo valor do mínimo, que entra em vigor no dia 1º, será de R\$ 350.

Não que o 126º reajuste do salário, criado no fim dos anos 30 pelo então presidente Getúlio Vargas, seja pequeno. De R\$ 300 para R\$ 350, são 16,6% a mais, para uma inflação que nem chegou aos 6% entre maio de 2005 e março passado. Para o governo, foi o aumento possível, diante das sempre alegadas conseqüências da elevação para as contas públicas e o déficit da

Previdência (como 24 milhões de pessoas recebem benefícios de até um mínimo, o impacto na folha da seguridade este ano será de R\$ 11 bilhões).

– É a maior variação desde 1996, o que mostra que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem encaminhando a contento seus compromissos assumidos na campanha eleitoral com a classe trabalhadora – diz a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que defendeu a aprovação imediata do projeto pelo Congresso.

Para Ana Júlia Carepa (PT-PA), a decisão foi corajosa, uma vez que

altera contas da Previdência Social e das prefeituras. Mas a oposição acusa Lula de não cumprir a promessa de campanha de dobrar o poder de compra do mínimo (no caso, deveria ficar em R\$ 571).

– Essa migalha dada pelo governo não atende sequer ao compromisso de campanha de Lula. É ridículo dizer que não se pode pagar. Se aumentassem em 0,5% o Fundo de Participação dos Municípios, ou se reduzissem em 0,1% o superávit, já seria possível que o salário mínimo fosse para R\$ 571 agora em 1º de maio – garante a senadora Heloisa Helena (PSOL-AL).



Heloisa Helena (E) cobra reajuste para R\$ 571 e chama aumento de “migalha”. Serys lembra que é a maior variação do mínimo desde 1996

Sem votações, mínimo pode vigorar com MP

O Congresso Nacional ainda precisa votar o projeto do Executivo (PL 6.601/06) fixando os novos valores do mínimo. O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, já contando com o possível atraso, anunciou na semana passada ter pronta medida provisória a ser editada pelo presidente Lula no dia 31 de março, a tempo de fazer entrar em vigor o novo mínimo.

Somente na última terça-feira, o Plenário da Câmara aprovou a urgência para a votação do projeto. Segundo o ministro, o governo

apresentou a proposta como parte da negociação com os trabalhadores e atendendo solicitação da Comissão Especial Mista do Salário Mínimo. O relator na comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), confirmou que foi o próprio colegiado que pediu ao presidente Lula para não enviar o reajuste por MP.

– A Câmara ainda não votou a proposta e, conseqüentemente, o Senado também não o fez – protestou Paim. “Isso nos desmoraliza”, destacou o senador.

Nas audiências públicas da co-

missão, especialistas têm defendido valores maiores para o mínimo. Para o pesquisador Guilherme Costa Delgado, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é possível elevar o salário mínimo sem que se aumentem a carga tributária e a dívida pública.

Ele lembra que metade da população economicamente ativa (mais de 40 milhões de pessoas) está na informalidade e, se fosse incorporada ao mercado de trabalho formal, aumentaria a arrecadação previdenciária.



Com Paim (D), Arimatéia Rodrigues propõe taxaço dos patrimônios superiores a R\$ 2,4 milhões

CUT sugere taxar fortunas para elevar valores

A criação de um imposto sobre grandes fortunas foi defendida na semana passada por José de Arimatéia Rodrigues, integrante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Esse tributo já está previsto no artigo 153 da Constituição, mas não foi regulamentado. Rodrigues também sugeriu que, com os recursos obtidos com o novo imposto, seja constituído o Fundo para o Programa de Valorização do Salário Mínimo.

O representante do Consea fez essas propostas durante audiência promovida pela comissão especial. Rodrigues representa a Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Consea.

– Cerca de 300 mil famílias respondem por mais de 50% da riqueza pessoal do país – declarou ele ao defender o imposto.

De acordo com a proposta, o Imposto de Solidariedade sobre Grandes Fortunas incidiria, de uma única vez, sobre o patrimônio líquido de pessoas físicas e

jurídicas com valor superior a R\$ 2,4 milhões ou 8 mil salários mínimos.

Mas o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) criticou a idéia, argumentando que o país “já enfrenta, possivelmente, uma das maiores cargas tributárias do mundo, e não precisa de mais impostos”.

– Se o governo quer se preocupar com a área social e os investimentos produtivos, deve reduzir gastos. E isso é política fiscal – frisou Tourinho.

Anos de reajustes e de derrotas

A Lei 185, de janeiro de 1936, e o Decreto-Lei 399, de abril de 1938, regulamentaram a instituição do salário mínimo, e o Decreto-Lei 2.162, de 1º de maio de 1940, fixou os valores do salário mínimo (em torno de 240 mil-réis), que passaram a vigorar a partir do mesmo ano. O salário mínimo da época tinha 14 valores diferentes, cuja variação entre o menor e o maior era de 2,67%.

A atribuição desses valores foi feita da seguinte forma: o país foi dividido em 22 regiões (os 20 estados da época mais o Distrito Federal e o território do Acre), que, por sua vez, foram divididas em 50 sub-regiões.

Essa tabela tinha vigência mínima de três anos. Sendo assim,

o primeiro reajuste do salário mínimo só ocorreu em 1943, no mês de julho. O mínimo teve outro aumento em dezembro do mesmo ano. Esses dois reajustes, além de proporcionarem recuperação do poder aquisitivo dos salários, diminuíram a diferença entre o menor e o maior salário para 2,24%.

Aos aumentos de 1943 seguiram-se 123 outros, e o salário mínimo navegou ao sabor das muitas mudanças do padrão monetário: do tempo dos mil-réis, andou pelo cruzeiro, cruzeiro novo, cruzado, cruzado novo, cruzado real e até mesmo chegou a ser cotado, uma vez, em URV – em 1994, quando da implementação do Plano Real.

Entre a realidade e a ficção

O salário mínimo afeta diretamente cerca de **20 milhões** de pessoas, sendo:

3,1 milhões
no mercado formal

5,9 milhões
de trabalhadores sem carteira assinada

11 milhões
de aposentados e pensionistas

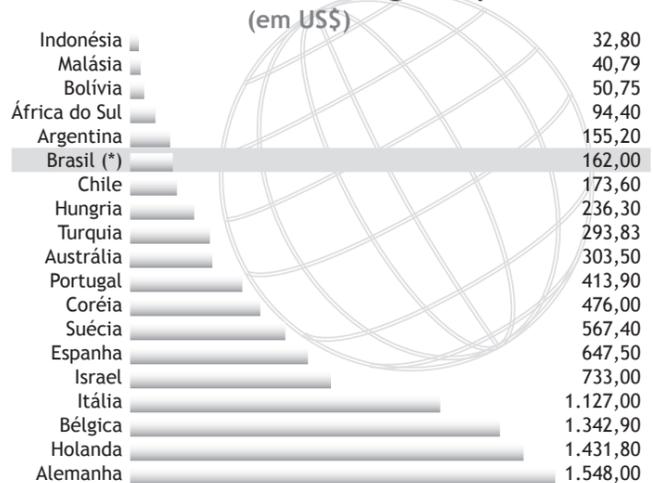
O salário mínimo sempre ficou muito longe de atender às “necessidades vitais básicas” (*) citadas no artigo 7º do Capítulo II da Constituição.

Mês	Salário nominal	Salário necessário
Dezembro 2005	R\$ 300	R\$ 1.607,11
Janeiro 2006	R\$ 300	R\$ 1.496,56

Fonte: Dieese

(*) moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social para o trabalhador e sua família, ai considerada de dois adultos e duas crianças

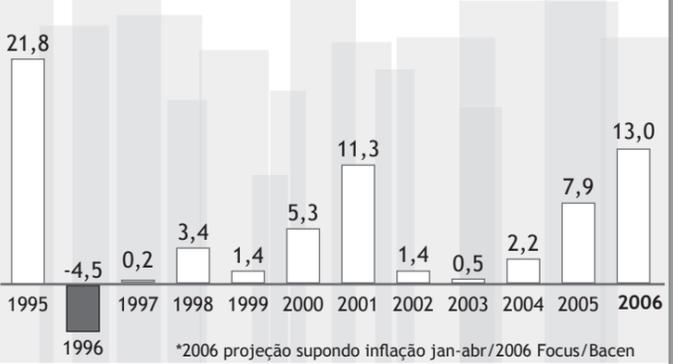
Salário mínimo em alguns países



(*) Para um valor de R\$ 350, vigente a partir de 1º de abril, com o câmbio da última semana.

Fonte: Dieese

Crescimento real do salário mínimo



COMISSÕES Venda da Brasil Ferrovias divide opiniões em audiência realizada pela Comissão de Infra-Estrutura

Leilão de empresa provoca polêmica

FOTOS: JOSÉ CRUZ



Delcídio, entre César Borges e Rodolpho Tourinho: privatizações equivocadas causaram prejuízos



A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reuniu-se na quinta-feira para discutir as regras que vêm disciplinando a venda de concessionárias ferroviárias Ferrobán, Ferronorte e Novoeste, integrantes da *holding* Brasil Ferrovias. A comissão ouviu o presidente do Conselho de Administração da Brasil Ferrovias, Guilherme Narciso de Lacerda, o presidente da Brasil Ferrovias, Elias David Negri, e o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), José Alexandre Nogueira Resende.

Lacerda e Negri disseram aos senadores que desde 2003 foram aplicados mais de R\$ 500 milhões na rede da Brasil Ferrovias. Afirmaram ainda que a empresa está buscando novos sócios com o objetivo de aumentar os investimentos para sanear as finanças, ampliar a malha ferroviária e melhorar a produtividade.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS), autor do requerimento para realização da audiência, disse que a alienação do controle da Brasil Ferrovias – que ele considerou a mais importante operação no setor ferroviário desde a sua privatização, iniciada em 1996 – põe em risco a capacidade brasileira de criar seu próprio desenvolvi-

mento. Para Delcídio, o que está sendo alienado nesse meganegócio é a real capacidade do Brasil de estabelecer as estratégias mais adequadas para assegurar o progresso.

O senador declarou que “a privatização malfeita da Novoeste causou prejuízo a Mato Grosso do Sul e ao Brasil”. A ferrovia transportava mais de 7 milhões de toneladas de carga na década de 1990, volume que caiu para apenas 3,5 milhões de toneladas em 2005, informou.

– O modelo que aí está não atende aos interesses de Mato Grosso do Sul e, portanto, aos do Brasil. Vender a Novoeste desassociada da Ferrobán e da Ferronorte é impróprio, já que a Novoeste termina em Mairinque [SP], e Mairinque não é destino, Mairinque é passagem – afirmou Delcídio.

O projeto, segundo o parlamentar, estagnar a capacidade de transporte da Novoeste. Mato Grosso do Sul precisa de uma oferta de transporte ferroviário de mais de 20 milhões de toneladas por ano, advertiu ele.

A essência do problema, na visão Delcídio Amaral, é o receio de que no processo a Novoeste fique isolada, sem acesso ao maior porto do país, o de Santos (SP). Resende, da ANTT, garantiu ao senador que a agência não permitirá um isolamento da Novoeste.

ALL faz oferta solitária pela Brasil Ferrovias

A América Latina Logística (ALL) foi a única concorrente a apresentar na quarta-feira passada proposta firme de compra do controle da Brasil Ferrovias, que reúne trechos da Ferronorte e da Ferrobán numa extensão de 2,5 mil quilômetros nos estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, chamado de trecho de bitola larga (bitola é a distância entre os trilhos). A outra candidata, a MRS Logística, resolveu na última hora não apresentar proposta. O anúncio da proposta vencedora está previsto para abril.

O interesse da ALL inclui ainda o corredor de bitola estreita, operado pela Novoeste. O interesse em ambos os trechos envolve ações hoje nas mãos dos fundos de pensão Funcef (Caixa Econômica Federal), Previ (Banco do Brasil), do banco norte-americano JP Morgan e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os trechos de bitola larga e estreita formam dois corredores logísticos que conectam o Centro-Oeste ao maior porto brasileiro, o de Santos (SP).

O fato de a ALL, controlada pela GP Investimentos, ter feito a única proposta não quer dizer que ela levará a Brasil Ferrovias. Os acionistas podem considerar a oferta insatisfatória. E a ALL já avisou que a proposta apresentada por ela só vale para o pacote com os dois corredores.

Segundo notícia publicada pelo jornal *Valor Econômico*, a Brasil Ferrovias foi avaliada no ano passado em R\$ 1,2 bilhão. Mas esse preço teria sido considerado alto por empresas do setor, que acreditam que o valor de venda não deverá passar da metade disso. O problema é que a ferrovia vem enfrentando dificuldades financeiras. Estima-se que seu endividamento já ultrapasse R\$ 2 bilhões.

Três candidatos apresentaram propostas para comprar o controle apenas da Novoeste. São eles a Ferrocarril Oriental, ferrovia boliviana de capital norte-americano; a Asila, empresa coreana que representa investidores internacionais; e o grupo chinês Jianscsu Zhongye Steel Company.



Heráclito Fortes (D), presidente da Comissão de Infra-Estrutura, e Elias David Negri, presidente da Brasil Ferrovias, durante debate

Mapa das estradas de ferro



COMISSÕES Recursos aplicados no setor saltaram de R\$ 353 milhões em 1997 para R\$ 1,9 bilhão em 2004

Obras em estradas têm avaliação positiva

Em resposta a reportagem de 20 de março sobre a situação das rodovias, o secretário de Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes, José Augusto Valente, escreveu ao **Jornal do Senado**.

Segundo ele, o Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas (Petse), chamado pela imprensa de operação tapa-buracos, inclui outras ações de recomposição das estradas. Valente ressalta que "as obras de maior vulto são a BR-101/RJ e as rodovias estadualizadas, cujos governadores não investiram nelas os recursos repassados pelo governo federal em 2002, num montante de R\$ 1,8 bilhão".

Diz ainda que o prazo do Petse é de seis meses, portanto, uma execução de 47% em dois meses é motivo para elogio. Mais informações sobre a situação das estradas podem ser obtidas diretamente com o Ministério dos Transportes (www.transportes.gov.br).

Investimentos retornam às ferrovias após a privatização



A transferência de sete trechos integrantes da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) para a iniciativa privada ocorreu entre 1996 e 1998 e rendeu ao governo uma receita de R\$ 1,8 bilhão. Mas o grande objetivo era reverter o quadro de abandono e estagnação que caracterizava esse meio de transporte no final do século 20.

Durante os dez anos que precederam a privatização, houve uma redução drástica dos investimentos. De um patamar anual de R\$ 1 bilhão nos primeiros anos da década de 1980, a RFFSA reduziu os investimentos para algo em torno de R\$ 200 milhões na segunda metade daquela década e cerca de R\$ 50 milhões entre 1990 e 1995.

Depois da privatização, o dinheiro investido na malha saltou de R\$ 353 milhões, em 1997, para R\$ 1,9 bilhão, em 2004. Como resultado disso, foi possível modernizar a frota e aumentar a eficiência. O volume de cargas transportadas pelas ferrovias, por exemplo, cresceu 49% entre 1997 e 2004 (veja o quadro *Investimen-*

tos x Cargas).

Ainda assim, o Brasil é um país com grande extensão territorial que utiliza muito pouco os trens. Hoje, existem 29 mil quilômetros de ferrovias. Os Estados Unidos, com uma área apenas 13% maior que a brasileira, têm 12 vezes mais. Trata-se de um entrave logístico considerável, porque a ferrovia é o sistema mais eficaz para transportar, a grandes distâncias, cargas de baixo valor agregado, o que poderia aumentar os lucros de setores como o agronegócio e a mineração.

Além disso, o transporte por trens no Brasil normalmente é usado em distâncias médias de 400 a 500 quilômetros. A ferrovia acaba não sendo utilizada para o seu mais característico fim, mas em situações em que o meio mais econômico talvez fosse a rodovia.

Essa distorção decorre de três fatores básicos: o pequeno alcance da malha disponível no país, a falta de integração entre as linhas das diversas concessionárias e as baixas velocidades de operação. Mais grave ainda talvez seja o fato de que o transporte se faz, em grande parte, no interior das



Linha passa a poucos metros de moradias: travessia lenta em áreas urbanas é uma das principais falhas da rede nacional

linhas de cada concessionária, devido em boa parte às diferenças de bitola (a distância entre os trilhos) e aos investimentos insuficientes em ramais de integração.

A velocidade de tráfego (ou a duração da viagem) é determinante no custo do transporte ferroviário. Uma velocidade baixa reduz a competitividade da ferrovia para distâncias maiores, exatamente onde deveria ser uma alternativa logística imbatível. O principal

problema ocorre na travessia de áreas urbanas – um problema que atinge empresas como a MRS Logística, na região Sudeste, e a ALL, no Sul. A maioria das cidades cortadas pelas ferrovias se desenvolveu e cresceu em torno das linhas, sem nenhum cuidado para manter faixas de segurança e evitar que o tráfego interferisse de forma intensa na vida dos moradores e no funcionamento normal do aglomerado urbano.

EUA têm 12 vezes mais trilhos que o Brasil

A primeira ferrovia norte-americana, a Baltimore and Ohio Railroad, de 21 quilômetros, ficou pronta em 1830. Vinte anos depois, os Estados Unidos já contavam com 15 mil quilômetros de estradas de ferro. Nessa época, mais precisamente em 1854, o Brasil inaugurou sua primeira estrada de ferro, um trecho de 14,5 quilômetros ligando o Porto de Estrela, ao fundo da baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, à localidade de Raiz da Serra, em direção a Petrópolis.

A partir daí, os sistemas ferroviários seguiram caminhos completamente diferentes nos dois países. Os Estados Unidos sempre privilegiaram a construção e o uso das estradas de ferro, especialmente a partir da Guerra Civil (1861/1865), quando os trens desempenharam papel importante. No Brasil, o impulso inicial dado pelo empreendedor Barão de Mauá – construtor da primeira ferrovia – enfraqueceu com os anos. Notadamente depois da 2ª Guerra Mundial, quando

os governantes privilegiaram as rodovias.

O Brasil chegou a ter 37 mil quilômetros de trilhos nos anos 1950. Maltratada, a malha encolheu para os atuais 29 mil quilômetros – mas estima-se que só 22 mil são verdadeiramente utilizados. Já os EUA, com uma área apenas 13% maior, possuem 360 mil quilômetros – 12 vezes mais.

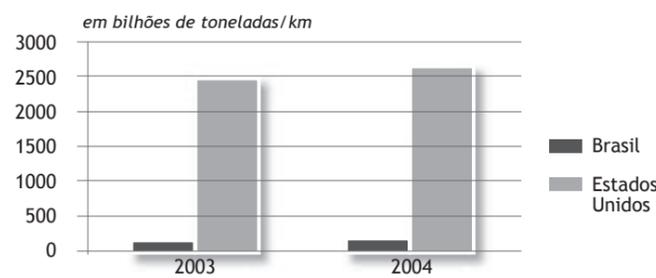
De fato, a oferta ferroviária no Brasil é bastante baixa quando comparada com países de dimen-

sões similares: equivale a 55% da China, 40% do Canadá, 32% do México e 12% dos EUA.

Além de ter mais trilhos, as ferrovias norte-americanas têm produtividade muito maior que as brasileiras. Em 2004, as empresas nacionais tiveram um índice de produtividade de 206 bilhões de toneladas por quilômetro, de acordo com a Agência Nacional de Transportes Terrestres. No mesmo ano, as estradas dos Estados Unidos registraram 2,7 trilhões t/km.

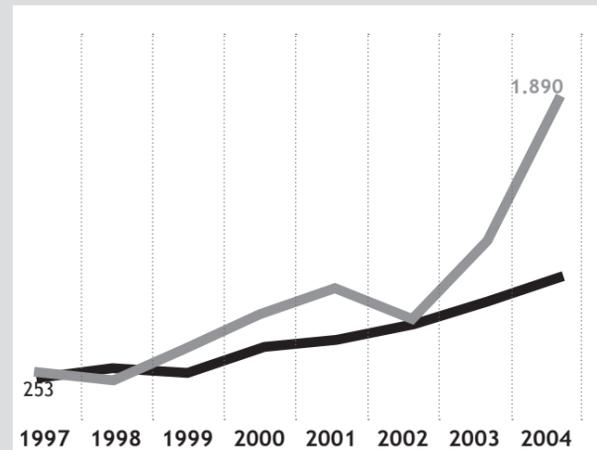
Enorme discrepância

Comparação entre a produtividade do transporte ferroviário de cargas no Brasil e nos Estados Unidos



Lenha na caldeira

Evolução dos investimentos anuais e do transporte de cargas feitos nas ferrovias brasileiras a partir do processo de privatização do fim da década de 90



— transporte de cargas, em milhões de toneladas
— investimentos, em milhões de reais

* Foram consideradas as ferrovias: ALL, Centro-Atlântica, C. F. Nordeste, E. F. Carajás, E. F. Vitória e Minas, Ferroban, Ferroeste, Ferronorte, MRS Logística, Novoeste e Tereza Cristina.

Fonte: ANTT

Desenvolvimento das ferrovias no país

1828 - O governo imperial autorizou a construção e exploração de estradas em geral.

1854 - Dom Pedro II inaugura o primeiro trecho nacional, a Estrada de Ferro Mauá, construída pelo Barão de Mauá. Liga o Porto de Estrela, ao fundo da Baía da Guanabara (RJ), à localidade de Raiz da Serra, em direção a Petrópolis.

1877 - Concluída a ligação entre Rio e São Paulo, quando os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo (inaugurada em 1867) se unem com os da Estrada de Ferro D. Pedro II (de 1858).

1939 - Substituição da tração a vapor pela

diesel-elétrica.

Final dos anos 30 - Durante o governo Vargas, o sistema ferroviário é reorganizado e saneado, com a encampação de empresas estrangeiras e nacionais. Criação da Inspeção Federal de Estradas, órgão do Ministério de Viação e Obras Públicas, encarregado de gerir as ferrovias e rodovias federais.

1941 - Instituição do Departamento Nacional de Estradas de Ferro (Dnef) e do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

1942 - Criação da mineradora Companhia Vale do Rio Doce, que absorveu a Estrada

de Ferro Vitória a Minas (construída a partir de 1903). 1957 - Criação da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), unificando administrativamente as 18 estradas de ferro então pertencentes à União, que totalizavam 37 mil quilômetros de linhas distribuídas pelo país.

1971 - Unificação das estradas de ferro do estado de São Paulo, com a criação da Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa).

1974 - Extinção do Dnef e transferência das funções para a Secretaria Geral do Ministério dos Transportes e para a RFFSA.

1992 - Início do processo de privatização do setor ferroviário, a partir da inclusão

da RFFSA no Programa Nacional de Desestatização.

1996 - Ocorre o primeiro de uma série de sete leilões, que resulta na venda da malha Oeste da RFFSA, que passa a se chamar Ferrovia Novoeste S.A.

1998 - O processo de privatização encerra-se com o leilão da malha paulista, que dá lugar à Ferrovia Bandeirantes S.A.



Fonte: Dnit

ELEIÇÕES

Câmara aprova minirreforma eleitoral

A Câmara concluiu a votação do projeto que reduz os gastos das campanhas eleitorais, tornando-as mais simples e transparentes, e aumenta as punições para quem desrespeitar a legislação. Agora a proposta, apresentada originalmente pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), volta para o Senado, que pode manter ou não as alterações feitas pela Câmara.

Para aprovar a proposta, os deputados se basearam em substitutivo de Moreira Franco (PMDB-RJ), que, com a esperança de que as modificações possam valer já para este ano, retirou do projeto

do Senado dispositivos que alteravam a duração da propaganda eleitoral e o formato do horário eleitoral gratuito.

Os deputados mantiveram a determinação de que partidos e candidatos deverão divulgar relatórios de gastos durante a campanha, deixando a identificação dos nomes dos doadores e valores doados para a prestação de contas final. As doações de recursos terão de ser feitas por meio de cheque, transferência eletrônica ou depósito identificado. Entidades beneficentes, religiosas, desportivas e organizações governamentais que

recebam recursos públicos não podem fazer doações para campanhas. Já o uso de recursos fora da conta específica da campanha será considerado abuso do poder econômico e estará sujeito a sanções penais, além da cassação do mandato ou do diploma.

Limite de gastos foi derrubado

Os deputados também concordaram com a proibição à distribuição de brindes (bonés, camisetas etc.) e à realização de showmícios com a presença, remunerada ou não, de artistas. Porém, a Câmara retirou da Justiça Eleitoral a

prerrogativa de fixar o limite de gastos com campanhas eleitorais, caso uma lei não o estabeleça até o dia 10 de junho de cada ano eleitoral. Dessa forma, mantido o texto da Câmara, caberá aos partidos políticos fixar seus próprios limites, se não houver lei no prazo previsto. Deputados do PT, do PDT e do PSOL acusaram a mudança de ser retrocesso, impedindo a almejada redução de gastos. (com Agência Câmara)



Jorge Bornhausen, autor do projeto original modificado na Câmara

STF mantém a verticalização em 2006

O Supremo Tribunal Federal (STF) pôs um ponto final nas dúvidas sobre as coligações eleitorais ao ratificar, na quarta-feira, por 9 votos a 2, que as alianças nos estados devem repetir aquelas estabelecidas nas eleições presidenciais. Dessa forma, os partidos finalmente podem discutir com que outras legendas irão unir esforços na campanha deste ano.

No caso do PMDB, que tem interesses diversos nos estados, a tese da candidatura própria pode acabar comprometida, ao mesmo tempo que as alianças do partido ficam livres no plano estadual. Nesse cenário, a polarização prevista entre petistas, com o presidente Lula, e tucanos, com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, tende a ser o cenário a ser encontrado pelos eleitores no dia 3 de outubro. O casamento entre PSDB e PFL, que ocorreu nas três eleições presidenciais anteriores, se mostra bastante provável.

Na decisão da semana passada, o STF acatou a liminar pedida na ação direta de inconstitucionalidade protocolada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),



Plenário do Supremo: decisão por 9 votos a 2 determina fim da verticalização só a partir de 2010

suspendendo o dispositivo da Emenda Constitucional 52, promulgada este mês, que determinava o fim da verticalização já para as eleições deste ano.

Para a maioria dos ministros do STF, tal determinação teria de vir pelo menos um ano antes das eleições, em conformidade com o que determina o artigo 16

da Constituição. Dessa forma, a liberdade para os partidos fazerem coligações prevista na EC 52 começará a valer somente no pleito de 2010.

Assim que soube da decisão do Supremo, o presidente do Senado, Renan Calheiros, contrário à verticalização, afirmou que o Congresso recebeu a decisão com

naturalidade e admitiu que o projeto de uma candidatura própria do PMDB perde força em função do engessamento causado pela verticalização. Segundo disse, o partido vai priorizar o fortalecimento nos estados para ampliar a representação no Senado e na Câmara e "poderá crescer como nunca".

Senado realiza sessão pelos 40 anos do PMDB

A trajetória de 40 anos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) foi saudada pelo Senado na quinta-feira em sessão especial. Fundado como MDB, o partido fez oposição ao regime militar, no sistema de bipartidarismo (Arena e MDB) e, em 1980, tornou-se PMDB. Autor do requerimento da homenagem, Pedro Simon (RS) destacou a importância da legenda no restabelecimento da democracia no país. José Sarney (AP) disse que o PMDB é "o partido de onde saíram todos os partidos do Brasil". Renan Calheiros (AL), afirmou que "a defesa intransigente da democracia como valor absoluto é a argamassa que garante a unidade do PMDB". Também foram lembrados grandes peemedebistas como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Teotônio Vilela.

Renan elogia PCdoB por seus 84 anos

Ao participar da solenidade de comemoração dos 84 anos do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o presidente do Senado, Renan Calheiros, solidarizou-se com o presidente nacional do partido, Renato Rabelo, na luta para poupar a agremiação da cláusula da barreira. Esse dispositivo estabelece percentual mínimo (5%) de votos para a Câmara dos Deputados, em nove estados, para que um partido tenha representação política no Congresso Nacional, receba recursos do Fundo Partidário e tenha direito a tempo na propaganda eleitoral no rádio e na TV. - A cláusula de barreira não pode servir, de jeito nenhum, como meio para restringir as ações de agremiações com longo histórico de lutas a serviço do povo brasileiro - afirmou.



O Senado realizou sessão especial na quarta-feira (foto) para homenagear a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pelo tema escolhido para a Campanha da Fraternidade de 2006: "Fraternidade e Pessoas com Deficiência". A convite do presidente do Senado, Renan Calheiros, que instalou a sessão, participaram da Mesa o presidente em exercício da CNBB, dom Antônio Celso de Queirós, o secretário da Juventude, Esporte e Lazer do estado de São Paulo, Lars Graef, e o recordista de medalhas nas Paraolimpíadas de Atenas em 2004,

Clodoaldo Silva.

Também participaram da solenidade o ex-secretário da CNBB dom Luciano de Almeida, hoje bispo de Mariana (MG); o ator Marcos Frota; a coordenadora do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), Izabel Maior; além de portadores de deficiências, bispos, parlamentares, amigos e incentivadores das campanhas da CNBB.

Durante a sessão solene, todos os discursos dos senadores foram convertidos para a Língua Brasileira de Sinais.

ORÇAMENTO

Orçamento terá menos verbas para exportadores

Depois de uma batalha regimental que durou mais de cinco horas, o governo conseguiu driblar a oposição na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e venceu a queda-de-braço com os estados exportadores. Com a aprovação de dois destaques supressivos ao substitutivo do relator-geral, deputado Carlito Merss (PT-SC), foi subtraído R\$ 1,8 bilhão do acordo fechado entre os líderes para ressarcir as isenções tributárias estaduais concedidas às empresas exportadoras.

Se o texto ficar como está, o Orçamento de 2006 só terá R\$ 3,4 bilhões para essas compensações federais aos estados e aos municípios que vendem ao exterior. A quantia é inferior à do ano passado, quando foram assegurados R\$ 5,2 bilhões. E mais. Pelos novos critérios de distribuição do dinheiro, aprovados pelas lideranças, apenas metade do valor orçado, o equivalente a R\$ 1,7 bilhão, será rateado pela Lei Kandir e, portanto, não poderá ser bloqueado pelo Executivo, segundo Merss.

Isso significa que a outra metade dos R\$ 3,4 bilhões dependerá de acerto entre os governadores e os ministérios da Fazenda e do Planejamento para que os recursos não sejam contingenciados. O governo quer forçar uma negociação definitiva com os estados exportadores sobre o ressarcimento das isenções do ICMS. E propôs ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) a criação de um novo fundo, com participação majoritária de recursos estaduais. A União só entraria para complementar em caso de insuficiência do fundo.

A decisão na CMO tomou de surpresa os secretários do Confaz, que devem vir a Brasília nesta terça-feira para tentar recompor o acordo dos R\$ 5,2 bilhões. Integrantes da base aliada acreditam que a decisão não será revertida e que a CMO conseguirá finalizar, na reunião desta terça-feira, às 10h30, a votação dos 2.730 destaques ao relatório geral. Mas faltam definições



Jucá (de pé), Merss (C) e Mestrinho (D) na reunião: votação evidenciou rachas na bancada opositora da Câmara

EDSON SANTOS/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Governo dribla oposição e vence queda-de-braço com governadores

importantes, como os ajustes que Carlito Merss fará depois que o corte linear de 12,5% nas emendas coletivas foi anulado com a aprovação do destaque supressivo do senador João Ribeiro (PL-TO).

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que mais uma vez avisou que irá entregar esta semana a presidência da comissão, decidiu no final da tumultuada reunião da última quinta-feira que os R\$ 974 milhões obtidos com o corte linear de 12,5% irão recompor as emendas que sofreram redução de verbas. Só que, além dos R\$ 900 milhões para os estados exportadores, o relator-geral havia distribuído R\$ 135 milhões no

atendimento a pedidos de ministérios prejudicados na alocação de recursos no Orçamento. Sem R\$ 74 milhões, o dinheiro disponível diminuiu. Merss confirmou que só terá R\$ 61 milhões para fazer os novos ajustes.

O deputado Anivaldo Vale (PSDB-PA), responsável pelo relatório setorial que tratou da Lei Kandir, levantou questão de ordem sobre a inadmissibilidade dos dois destaques – além de João Ribeiro, o deputado Walter Pinheiro (PT-BA) foi autor do que suprime os outros R\$ 900 milhões aos exportadores, vinculados ao excesso de arrecadação federal.

Mestrinho acolheu os argumentos do PSDB de que os destaques, como foram formulados, ferem o regimento do Senado e o regulamento interno da CMO, já que

ambos impedem o destaque de expressão cuja retirada inverta o sentido da proposição ou a modifique substancialmente. No entanto, sob pressão da base aliada, o senador resolveu submeter ao Plenário da comissão recurso do deputado Gilmar Machado (PT-MG) – indicado pelo PT para presidir a CMO –, o que na prática derrubou a inadmissibilidade dos destaques. O resultado da votação, com 39 votos a favor e 10 contra na Câmara, revelou fissuras na oposição. Isso evidenciou, na avaliação de Merss, que deputados de estados pobres despertaram para a transferência de recursos que estavam fazendo ao abrir mão de emendas para reforçar o ressarcimento aos mais ricos, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Marta fala à CAE e parecer é adiado

A audiência promovida na terça-feira passada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para ouvir a ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy (PT) pode não ter mudado a opinião dos senadores sobre a operação de crédito realizada durante a gestão da petista com a Eletropaulo, como parte do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz). Porém, a presença da ex-prefeita na CAE pelo menos adiou a análise de um parecer definitivo sobre o assunto pelo Plenário do Senado.

O relator da matéria e presidente da comissão, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), avisou que a Consultoria Legislativa do Senado, antes de elaborar novo parecer sobre o assunto, analisará os elementos trazidos pela ex-prefeita.

Marta reafirmou que não cometeu qualquer irregularidade ao assinar um aditamento contratual referente ao Reluz sem autorização prévia do Ministério da Fazenda, da Câmara Municipal ou do Senado. Segundo o presidente da CAE, na melhor das hipóteses, a matéria volta à pauta da comissão no dia 4 de abril.

Porém, os senadores da CAE, que já haviam aprovado em dezembro parecer do relator que concluía pelo encaminhamento do caso à prefeitura e ao Ministério Público de São Paulo, demonstraram que vão manter seus votos. Esse é o caso de Osmar Dias (PDT-PR), César Borges



Marta Suplicy, ao lado de Luiz Otávio (D), presidente da CAE: reexame da matéria deve voltar à pauta somente no dia 4

(PFL-BA) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que votaram a favor do relatório de Luiz Otávio, e de Eduardo Suplicy (PT-SP) e Aloizio Mercadante (PT-SP), que foram vencidos na primeira oportunidade.

– Tenho a esperança de que os senadores da CAE poderão rever suas opiniões – disse Suplicy.

A comissão também receberá novas considerações de Mercadante sobre o caso, reaberto em fevereiro, quando requerimento de Suplicy pedindo o reexame do caso foi aprovado em Plenário.

Para Marta, operação não trouxe novidade

Irregularidades no aditivo contratual entre a prefeitura e a Eletropaulo foram apontadas pelo Ministério da Fazenda ao Senado em dezembro de 2004. Depois de analisar informações encaminha-

das pela ex-prefeita, o parecer aprovado pela CAE concluiu que o aditivo, diferentemente do que diz Marta, é uma operação de crédito e, como tal, deveria ter sido submetida à apreciação das instâncias competentes, entre elas o Senado.

Durante a audiência, a ex-prefeita reafirmou que a adesão de São Paulo ao Reluz só trouxe benefícios para o município e suas finanças. Além disso, segundo ela, o aditivo contratual não é um novo financiamento, mas apenas um “ato formal”. Porém, ao responder a César Borges, Marta não soube dizer se foram incluídas no aditivo contratual outras dívidas – ativas ou parcelamento de débitos já contabilizados.

– Não houve informações novas e o parecer de Luiz Otávio deve ser mantido – observou o senador baiano.

Modelo espanhol de Super-Receita em debate

Apontada como a experiência internacional capaz de desencorajar a criação da Super-Receita no Brasil, a desistência da Espanha de centralizar em um único órgão a cobrança das pendências previdenciárias e fiscais foi debatida no Senado na quarta-feira. Essa unificação durou apenas cinco anos, de 1984 a 1988, e só funcionou para as cobranças judiciais, como explicou o diretor de programas especiais da Tesouraria Geral da Seguridade Social da Espanha, Mariano Ribagorda, no seminário promovido pelo sindicato que congrega

auditores fiscais da Receita Federal, o Unafisco.

Desde 2002, continuou Ribagorda, funciona naquele país um outro convênio que interligou as bases de dados da seguridade com a tributária.

– Essa troca de informações facilita a investigação das fraudes e funciona bem para os dois lados, tanto para a Fazenda quanto para a Previdência. Mas o resto das operações, como as contas e os procedimentos, permanece separado – esclareceu Ribagorda.

O Decreto 5.644/05, que colocou o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, também no comando da Receita Previdenciária, permite a ação integrada dos dois órgãos. Mas, segundo Carlos André No-

gueira, presidente do Unafisco, o governo nem sequer esperou os resultados desse convênio, que não colocou em prática, para enviar um projeto de lei (PLC 20/05) no lugar da MP 258, que durante 120 dias, no ano passado, deu vida à Super-Receita. O Unafisco tem se colocado contra o projeto de lei.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), reiterou suas críticas em relação à opção do governo de mudar profundamente a administração tributária por meio de MP.

– A matéria é polêmica e estávamos cobertos de razão quando nos negamos a votar a MP. Agora com projeto de lei, continuamos a nos defrontar com questões polêmicas, que temos que clarear nos debates para decidir – afirmou Virgílio.

Já o secretário-geral do Sindicato Nacional Unificado dos Impostos da França, Serge Colin, foi enfático ao declarar que, se a fusão dos dois sistemas fosse proposta no seu país, haveria uma greve geral, pois os sindicatos são contra decisões que “misturem os dois orçamentos”. Ele disse que há um forte impulso de políticas neoliberais na Europa, que classificam algumas despesas públicas como prejuízo, pregando a abertura de todos os setores para as seguradoras privadas.

Sindicalista francês diz que decisão causaria uma greve geral

COMISSÕES

Ellen Gracie é aprovada para presidir o CNJ

Com 61 votos favoráveis, uma abstenção e um voto contrário, o Senado aprovou a indicação da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Ellen Gracie Northfleet para o cargo de presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O nome dela foi encaminhado ao Senado pelos ministros do STF.

Os senadores destacaram a carreira e a competência da ministra. Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que os gaúchos sentem orgulho por sua ministra, que ocupará a presidência do STF com a saída do ministro Nelson Jobim. Antes da votação em Plenário, Ellen Gracie foi sabatinada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde manifestou sua convicção de que a reforma do Judiciário, com a adoção da súmula vinculante, vai aperfeiçoar a prestação dos serviços jurídicos no país.

No dia 15, Ellen Gracie foi eleita para a presidência do STF nos próximos dois anos, acumulando a presidência do CNJ. Ela será a primeira mulher a presidir o STF,



A presidenta eleita do STF foi recepcionada no Senado por Antonio Carlos, Renan, Mercadante e Sarney (da esq. para a dir.)

e a posse será no final do mês. Segundo ela, esse fato servirá de exemplo para as mulheres, que, destacou, já ocupam 30% dos cargos do Judiciário.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a juíza é uma "jurista de escola, que honra o Judiciário e o país". Além de assinalarem a importância da presença da mulher em cargos do Judiciário, senadores como José Jorge (PFL-PE), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino

(PFL-RN) manifestaram esperança de que Ellen Gracie favoreça o equilíbrio entre os Poderes. Os comentários foram feitos em decorrência de decisões recentes do tribunal que impediram a quebra de sigilos de investigados e o depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa.

– As crises têm seus componentes positivos para fazer evoluir as instituições. Os excessos serão investigados e coibidos – afirmou Ellen Gracie.

Venda ilegal de anabolizante pode dar cadeia

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) finalizou a votação, em caráter terminativo, do substitutivo ao projeto de lei do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) que pune com reclusão de cinco anos e multa quem vende ou aplica medicamentos do grupo terapêutico dos esteróides ou peptídeos anabolizantes.

O relator, senador Augusto Botelho (PDT-RR), disse que o projeto (PLS 124/05, que altera a Lei 9.965/00) inova ao punir a venda ou a aplicação de anabolizantes como crime equivalente ao tráfico de drogas. O senador lembrou que, embora a venda de anabolizantes em casas veterinárias seja proibida, essas lojas comercializam o produto porque não há no Brasil norma que puna a atividade.

Botelho explicou que a substância causa atrofia no útero e nos testículos e traz consequências como a ginecomastia (desenvolvimento das glândulas mamárias nos homens) e a masculinização das mulheres. Ele advertiu ainda que a substância pode causar câncer no fígado e morte.

Relator adverte que substância pode causar câncer e até levar à morte

– Os jovens estão se matando ao tomar anabolizantes. A legislação é importante, mas o que resolve é a conscientização de que anabolizante não deve ser usado – observou.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) destacou, durante a discussão da matéria, que normalmente os jovens se sentem atraídos pelos efeitos imediatos causados pela substância. O produto, que é oferecido

como auxiliar de potência sexual, beleza, vigor, acrescentou o senador, é extremamente perigoso pelas consequências que acarreta, inclusive o risco de morte.

O senador Paulo Paim (PT-RS), que presidia a CAS no momento da discussão do projeto, comunicou que no dia 24 de abril a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), da qual é vice-presidente, realizará, com apoio da Presidência do Senado, seminário sobre dependência química, inclusive de álcool.

A CAS também confirmou a aprovação terminativa da proposta que acrescenta, entre as exigências mínimas dos planos de saúde que incluem internação hospitalar, a cobertura de despesas com cirurgia e transporte de órgãos destinados a transplante (PLS 75/02). O projeto é do então senador Carlos Bezerra.

FORÇAS ARMADAS - A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou a criação da Subcomissão Permanente para a Modernização e o Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, por meio de requerimento apresentado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). A subcomissão vai discutir aspectos relacionados às condições de trabalho e aos equipamentos utilizados pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica. Tuma reclamou do sucateamento das Forças Armadas e da falta de recursos para investimento, decorrente da constante redução dos orçamentos.

ACORDOS - Foram aprovados pela CRE pareceres favoráveis a 12 acordos internacionais firmados pelo Brasil, entre eles o que prevê o reconhecimento do Comitê Contra a Tortura das Nações Unidas como órgão competente para receber denúncias de violações de garantias fundamentais (PDS 32/06). A comissão também votou a favor da convenção que unifica regras para o transporte aéreo internacional (PDS 20/06), com responsabilidades e indenização em caso de morte e lesões de passageiros, de danos a bagagens e atrasos. A CRE aprovou ainda a realização de audiência sobre o aumento da criminalidade no país e em zonas de fronteira.

BÉLGICA - A CRE recebeu a presidenta do Senado belga, Anne-Marie Lizin, que propôs um encontro entre parlamentares do Brasil e da Comunidade Européia. Ao responder a Jefferson Péres (PDT-AM) sobre a questão dos subsídios agrícolas europeus, Lizin disse que a Bélgica não será afetada caso a Rodada de Doha fracasse. Outros membros da comitiva belga admitiram que há dificuldades nas negociações para regulamentar o comércio agrícola. Segundo eles, a Bélgica quer pôr fim aos subsídios agrícolas europeus até 2014. Na quinta-feira, Lizin foi recebida por Renan Calheiros e acompanhou parte da sessão que celebrou os 40 anos do PMDB.

Brasil terá vacina contra gripe aviária já em abril

O secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa da Silva Júnior, afirmou que o Brasil, apesar de não ter detectado casos de gripe aviária, será o primeiro país não desenvolvido a ter uma fábrica de vacina contra a doença. Ele participou de audiência conjunta das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislativa Participativa (CDH) sobre o tema.

Já em abril, disse Barbosa, o Instituto Butantã começará a fabricar as primeiras doses da vacina. Segundo o secretário, o Brasil já tomou as medidas necessárias para enfrentar a doença, nos moldes do que fizeram Estados Unidos e Canadá.

Ele anunciou a constituição de uma rede de 46 unidades

sentinelas para coleta de material para exames de pessoas com sintomas de gripe para identificação do vírus em 21 estados. Também são realizados inquéritos sorológicos nos nove locais importantes de pouso de aves migratórias para identificar casos de gripe aviária.

De acordo com Barbosa, o Brasil não tem fluxo regular de aves migratórias diretamente da Ásia e da África, onde ocorre a maioria dos casos da doença.

O senador Paulo Paim (PT-RS) e a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disseram que produtores dessa região reivindicam medidas para defesa do setor da queda da demanda do consumo interno e da exportação já provocada pelo medo da doença, o que pode causar demissões.



Paim e Cristovam durante debate sobre as cotas no ensino superior: sistema não prejudica qualidade das universidades

Paim cobra aprovação de sistema de cotas para negros

Paulo Paim (PT-RS) fez apelo à Câmara para que envie ao Senado o Projeto de Lei 73/99, que institui o sistema de cotas para negros e alunos de escolas públicas nas universidades. Depois que chegar ao Senado, disse Paim, o projeto deverá ser votado com urgência.

No debate promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Legislativa Participativa (CDH) sobre o assunto, o reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland, afirmou que a política de cotas melhora a qualidade do ensino uma vez que aumenta a diversidade étnica e cultural. Timothy

citou a Universidade de Harvard, primeira instituição americana a adotar essa política na década de 60, que é uma das melhores do mundo. Ele também defendeu iniciativas para que um percentual maior de jovens pobres chegue ao fim do ensino médio.

Pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Renato Ferreira afirmou que os alunos cotistas obtiveram notas mais altas que os não cotistas. Antônio Pinto, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, destacou que o governo fornece recursos para financiar o estudo de pobres, negros e índios, nas universidades privadas.

CAS debate troca de ações entre Petroquisa e Braskem

Uma intrincada negociação no setor petroquímico foi tema de debate na Comissão de Assuntos Sociais na sexta-feira. Em audiência presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), os envolvidos debateram os possíveis efeitos da operação de troca de ações que pode ocorrer entre a Petroquisa, subsidiária da Petrobras, e a Braskem, do grupo Odebrecht. A Petroquisa analisa a aquisição de 30% das ações da Braskem, dando em troca a sua participação societária nas petroquímicas Copesul (15%) e Triunfo (85%), no Rio Grande do Sul.

Durante a audiência, Paim manifestou sua preocupação com relação à segurança dos empregos

dos trabalhadores da Copesul e da Petroquímica Triunfo e também com relação à economia do Rio Grande do Sul.

Carlos Rodrigues, representante do Sindipolo, que congrega trabalhadores das petroquímicas gaúchas, afirmou que a troca de ações permitirá à Braskem praticamente deter o monopólio dessa indústria no país. Ele também se disse preocupado com a possibilidade de demissões.

Alexandrino Alencar, da Braskem, disse que sua empresa está crescendo – já é uma das maiores do mundo no setor. Ele avaliou que o próprio crescimento da empresa poderia assegurar os postos de trabalho.

CRISE POLÍTICA PSDB pede na Câmara dos Deputados investigação do ministro Palocci por crime de responsabilidade

STF não libera depoimento de caseiro



Duas derrotas em uma semana. Depois da suspensão do depoimento do caseiro Francenildo Santos Costa à comissão no último dia 16 de março, por liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cezar Peluso atendendo a mandado de segurança impetrado pelo senador Tião Viana (PT-AC), a Advocacia Geral do Senado apresentou na última quarta-feira novo mandado de segurança para derrubar a decisão, mas teve o pedido negado novamente, agora pelo Plenário do tribunal.

O primeiro recurso apresentado na última segunda-feira a pedido do presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), já havia sido indeferido pelo presidente do STF, Nelson Jobim. Dessa vez a solicitação caiu nas mãos do ministro Marco Aurélio Mello, que não a acatou e foi acompanhado pelos demais ministros.

O Plenário do STF, no entanto,

deu prosseguimento à ação, enviando seus autos para a análise do próprio ministro Peluso, que deverá se pronunciar esta semana sobre se ouvirá ou não o Plenário da Corte acerca do assunto.

Segundo o advogado-geral adjunto do Senado, Shalom Grando, foi a primeira vez na história democrática do Brasil que o Parlamento teve um de seus colegiados impedido de prosseguir seus trabalhos por decisão judicial.

Também na semana passada, o PSDB apresentou na Câmara, com base na Lei 1.079/50, denúncia contra o ministro Antonio Palocci por crime de responsabilidade. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que Palocci não tem mais condições de continuar no Ministério da Fazenda

No documento, o partido pede a destituição do ministro e seu impedimento de exercer cargos públicos. A denúncia tem por base informações de que Palocci teria estado na mansão do Lago Sul, segundo depoimentos na CPI, fato negado pelo ministro.

Vice-presidente da Caixa é esperada na CPI nesta terça

Nesta terça-feira, a CPI dos Bingos deve ouvir a vice-presidente na Superintendência de Tecnologia da Caixa Econômica Federal, Clarice Coppetti, que prestará depoimento para esclarecer o envolvimento do banco na quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa e a contratação de 25 mil terminais de computadores da Diebold Procomp.

Há suspeitas de que essa empresa esteja envolvida no contrato de renovação da Caixa com a GTech. Os senadores Tião Viana (PT-AC), Ideli Salvatti (PT-SC) e Wellington Salgado (PMDB-MG) foram contra a audiência de Clarice para falar sobre o caso Francenildo.

Ela foi convocada para falar na última quinta-feira, mas a Caixa pediu as 48 horas de prazo cabíveis para que Clarice se apresentasse.

Na semana passada, foi aprovada a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal de empresas ligadas a jogos e bingos, além da convocação do presidente da Associação dos Bingos do Rio de Janeiro, José Renato Granado.

Engenheira Isabel Bordini disse que pela primeira vez pôde falar

Depois de ter sido acusada por três funcionários do Departamento de Águas e Esgoto de Ribeirão Preto (Daerp) de mandar adulterar planilhas de varrição no município para beneficiar a empresa Leão Leão, responsável pelo serviço, a ex-superintendente da autarquia, engenheira Isabel Bordini, negou na CPI ter pressionado qualquer funcionário sob sua administração, assim como afirmou que não sabia de nenhuma irregularidade nas

planilhas de limpeza urbana.

– Isso não é verdade. Pegamos uma cidade com epidemia de dengue, muito suja. Apenas ampliamos a limpeza, a varrição e, conseqüentemente, os custos – disse a depoente.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) pediu providências da Mesa do Senado quanto à exibição na CPI de conversa telefônica entre Isabel e Rogério Buratti, ex-secretário de governo de Ribeirão Preto, o que considerou um ato ilegal.



Isabel Bordini, ao lado do presidente da CPI, Efraim Morais, e do senador Alvaro Dias, nega acusações de colegas do Daerp



Senadores debatem na CPI dos Bingos, em semana bastante tumultuada para oposição e governo

Quebra de sigilo gera manifestações

A quebra ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa, o Nildo, proporcionou mais uma queda-de-braço entre oposição e governo na CPI dos Bingos na última semana, com uma série de manifestações de parlamentares.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), por exemplo, afirmou que “o presidente Lula se tornou responsável por um Estado policial que afronta a Constituição”. Ele reagiu às iniciativas de investigação sobre Nildo. Depois de ter tido seu depoimento à comissão suspenso, o caseiro teve divulgado o extrato de sua conta na Caixa Econômica Federal. O documento mostra que ele recebeu R\$ 25 mil desde janeiro.

Nildo declarou ter recebido o dinheiro do pai, o empresário Eurípedes Soares da Silva, de Teresina. Soares confirmou os depósitos, mas negou a paternidade.

A violação da conta do caseiro foi feita dia 16 de março por funcionário da Caixa que teria entrado no sistema entre as 20h50 e 21h06,

momento em que Francenildo Costa se inscrevia no programa de proteção a testemunhas na Polícia Federal.

– Invasão de privacidade é algo repugnante e é preciso que o culpado seja punido exemplarmente – afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros. “Isso é coisa de um governo de bandidos”, protestou a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL).

No mesmo dia, Nildo disse na CPI dos Bingos que viu Antonio Palocci de “10 a 20 vezes” na chamada “casa do lobby” em Brasília, mantida por seus ex-assessores em Ribeirão Preto (SP).

O advogado do caseiro, Wlício Nascimento, apresentou autorização à CPI dos Bingos para quebrar os sigilos fiscal, bancário e telefônico de seu cliente.

A Polícia Federal também pediu a quebra dos sigilos do caseiro e o está investigando por suposta lavagem de dinheiro. O caso é acompanhado pelo Ministério Público, que analisa representações do PSDB, PFL e PPS.

Ideli desiste de pedir fitas do circuito interno do Senado

Um requerimento da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) ao presidente da Casa, Renan Calheiros, provocou debates acirrados entre senadores do governo e da oposição na semana passada. O pedido de Ideli, o acesso às fitas do circuito interno de TV do Senado Federal para verificar a movimentação do caseiro Francenildo Santos Costa no interior da Casa, foi criticado duramente por Heráclito Fortes (PFL-PI), Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e outros senadores.

Antero solicitou esclarecimentos a Renan por entender que as imagens requeridas por Ideli tinham o intuito de constrangê-lo, uma vez que, conforme ele próprio já havia informado à CPI dos Bingos, tinha sido procurado pelo caseiro Francenildo em seu gabinete.

A senadora, que desistiu de levar adiante a questão, garantiu que seu requerimento

não visava atingir ninguém, principalmente o senador, que já tinha registrado ter recebido Francenildo em seu gabinete por intermédio de uma pessoa comum. Senadores da oposição cobraram quebra de sigilos de Paulo Okamoto, presidente do Sebrae.



Ideli garante que requerimento não tinha objetivo de constranger

PF deve ouvir funcionários e presidente da Caixa esta semana

A Polícia Federal deve ouvir esta semana os dois gerentes da Caixa Econômica Federal que tiveram acesso ao computador em que foi violado o sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa. Quatro funcionários da instituição já foram ouvidos.

A PF também suspeita que uma terceira pessoa teve participação na quebra do sigilo, possivelmente um executivo com cargo de diretoria no banco.

“Os dois empregados usuários do equipamento foram convocados a prestar depoimentos, visando a identificação do responsável pela divulgação indevida das informações”, informa nota da Caixa divulgada na última quinta-feira.

A instituição ressaltou ainda que continuará investigando o caso e que enviará para a Polícia Federal o resultado do seu inquérito interno.

Na terça anterior, uma subcomissão da CPI dos Bingos, formada pelos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Flávio Arns (PT-PR) e Wellington Salgado (PMDB-MG), reuniu-se com a presidência e os diretores da Caixa para obter esclarecimentos sobre a quebra do sigilo bancário do caseiro.

O presidente do banco, Jorge Mattoso, que também deverá ser ouvido pela PF, disse que uma comissão de sindicância estava apurando todos os fatos e que em um prazo máximo de 15 dias seria concluído o trabalho, período que foi considerado muito longo por parte dos senadores.

Na quinta-feira, Jorge Mattoso recebeu da revista *Época* o documento original em que se baseou a reportagem, com a comprovação dos depósitos feitos na conta do caseiro. Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Alvaro Dias e Wellington Salgado também estiveram na Polícia Federal para averiguar o andamento das investigações.

CRISE POLÍTICA Objetivo dos membros da CPI é evitar que polarização pré-eleitoral impeça aprovação de conclusões

Relatório da CPI será lido nesta terça



Ficou para esta terça-feira a apresentação do relatório final da CPI dos Correios. O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), disse que a divulgação do texto foi adiada pelo atraso dos sub-relatores.

Nos bastidores, especula-se que o relatório ainda não foi apresentado porque a cúpula da CPI dos Correios está costurando acordos com os partidos para viabilizar a aprovação da primeira versão do documento, evitando desgaste e aumento das tensões

entre governo e oposição, elevadas pelas denúncias envolvendo o homem forte do governo, ministro Antonio Palocci, da Fazenda, e o caseiro Francenildo Santos Costa.

O presidente da comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), destacou a necessidade de garantir a aprovação do texto.

– Só os que ganham com a não-aprovação do relatório são os culpados – frisou Delcídio.

A polarização política na CPI já impediu a votação de relatórios parciais no ano passado e pode voltar a ocorrer nas próximas reuniões da comissão. Os pontos de divergência entre governo e



O presidente da CPI, Delcídio Amaral (esq.), e o relator, Osmar Serraglio, tentam viabilizar relatório



oposição vão desde o nome do esquema – mensalão ou caixa dois – até a lista de indiciáveis (veja quadro). Toda essa disputa político-eleitoral pode impossibilitar a votação do relatório final e frustrar a CPI dos Correios.

CPI é dos Correios; texto, do mensalão

A CPI é dos Correios, mas o relatório final deve dedicar pouco espaço para as fraudes na estatal em nome de partidos políticos, motivação inicial das investigações. O texto vai centrar atenção no esquema de repasses comandado por Marcos Valério entre 2003 e 2005 e na discussão da existência ou não do mensalão denunciado pelo deputado cassado Roberto Jefferson.

O tratamento das fraudes nos Correios deve ficar restrito às irregularidades nos contratos de transporte aéreo de cargas da

estatal, foco dos trabalhos da Sub-Relatoria de Contratos da comissão de inquérito. A sub-relatoria encontrou um rombo de até R\$ 30 milhões nos contratos dos Correios com a empresa aérea Skymaster, além de indícios de lavagem de dinheiro e de conluios entre empresas do ramo.

As denúncias de cobrança de propina em nome de políticos, registradas na gravação do ex-funcionário Maurício Marinho, devem ser pouco abordadas no relatório, pois não foi possível comprovar vínculos entre empre-

sas e arrecadação partidária. Já a investigação de outros contratos da estatal ficou restrita a auditorias do Tribunal de Contas da União e a sindicâncias internas.

Tampouco foi esclarecida a participação de "arapongas" e funcionários da Agência Brasileira de Inteligência na produção da fita que detonou o escândalo. Enquanto empresários dizem que queriam alertar para fraudes que prejudicariam suas empresas, o ex-deputado Roberto Jefferson afirma que foi uma armação política do governo.

Relatório vai propor mudanças no Coaf

O sub-relator de Normas de Combate à Corrupção, deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS), adiantou que buscará tornar mais rígida a legislação fiscal e fortalecer instituições de combate à lavagem de dinheiro e a crimes do colarinho-branco. Para isso, vai sugerir que o Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf) seja transformado em uma agência de inteligência financeira nos moldes do Financial Crimes Enforcement Network (Fincen), órgão dos EUA que flagrou irregularidades

nas contas do publicitário Duda Mendonça.

O deputado também vai propor a integração dos órgãos investigativos. O Brasil tem experiências bem-sucedidas nesse sentido, como a força-tarefa do Banestado, que uniu a Polícia Federal e o Ministério Público na investigação de envio ilegal de dólares ao exterior via Foz do Iguaçu (PR) e resultou na prisão de doleiros.

Outra mudança a ser proposta é o detalhamento de regras para a contratação de agências de pu-

blicidade por órgãos públicos, de modo a evitar que empresas de propriedade de pessoas próximas ao governo sejam privilegiadas, como ocorreu com Marcos Valério e Duda Mendonça no governo Lula.

O deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), sub-relator de Contratos, afirmou que pretende especificar critérios para subcontratação, que levou à não-prestação de serviços de publicidade.

O esforço, porém, pode ser em vão: apenas 10% das propostas feitas por CPIs viram lei.

CONSELHO DE ÉTICA

Câmara decide futuro de João Paulo esta semana

A votação do parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que pede a cassação do deputado João Paulo Cunha (PT-SP) está marcada para a quarta-feira no Plenário da Câmara. Ele é acusado de ter sacado pelo menos R\$ 50 mil das contas de Marcos Valério e de contratar irregularmente a empresa de publicidade SMP&B.

Na semana passada, os pedidos de cassação dos deputados Wanderval Santos (PL-SP) e João Magno (PT-MG) não receberam a maioria absoluta dos votos para a perda de mandato (257 votos). Uma das explicações para as duas absolvições foi a baixa presença de parlamentares durante as votações.

Dessa forma, o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, pediu aos líderes partidários empenho para aumentar o quórum às quartas-feiras, quando são votados os processos de cassação. Aldo reafirmou que o ponto dos deputados que faltarem às sessões será cortado.

Também semana passada o Conselho de Ética rejeitou, por 8 votos a 6, o parecer apresentado pelo deputado Edmar Moreira (PFL-MG) que sugeria a absolvição do deputado José Mentor (PT-SP) das acusações de ser um dos beneficiários de recursos do chamado valerioduto. O presidente do Conselho de Ética, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), indicou o deputado Nelson Trad (PMDB-MS) como novo relator.

No Senado, o Conselho de Ética arquivou representações contra os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), por prestação de contas irregulares na campanha de sua reeleição ao governo de Minas Gerais, Arthur Virgílio (PSDB-AM), em representação feita por Roberto Ramos por falta de ética ao ter usado tribuna do Senado para caluniar o presidente Lula, e Romero Jucá (PMDB-MA), acusado pelo advogado Márcio José Xavier de ser proprietário e gerente da TV Caborá de Roraima.

Os pontos de conflito do relatório da CPI dos Correios

Novos parlamentares

O relator Osmar Serraglio declarou que o relatório final traria o nome de pelo menos dez parlamentares ainda não citados nas investigações, que teriam sido envolvidos em fraudes com fundos de pensão e corretoras. Até agora, só foi divulgado o nome do deputado Nilton Baiano (PP-ES), cujo assessor teria recebido R\$ 100 mil da corretora Euro. Há pressão para que os novos envolvidos não sejam citados.

Caixa dois ou mensalão

O tratamento dado pelo relatório aos mais de R\$ 55 milhões repassados por Marcos Valério a políticos também promete causar discórdia. As denúncias falam de compra de apoio político no Congresso - o mensalão -, mas todos os envolvidos alegaram que o dinheiro foi destinado ao financiamento ilegal de campanha - crime eleitoral, de punição branda. Em declarações, Serraglio já sinalizou que vai comprovar o mensalão, enquanto governistas reforçam a tese da fraude eleitoral e negam compra de apoio.

Valerioduto tucano

Governistas pressionam para que o esquema montado por Marcos Valério na campanha eleitoral do governo de Minas Gerais em 1998 - que repassou R\$ 12 milhões - seja abordado no texto da mesma forma que o dinheiro repassado no atual governo. O relator já indicou que vai citar o esquema de 1998, sem responsabilizar beneficiários, como o atual senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e deputados mineiros. Na última semana, o Conselho de Ética do Senado arquivou pedido de investigação contra Azeredo.

O "pai" do esquema

Outra queda-de-braço entre governo e oposição trata da paternidade do esquema de corrupção montado nas licitações de estatais e do valerioduto. Enquanto a oposição quer focalizar as irregularidades ocorridas na gestão de Lula, governistas alegam que os esquemas já funcionavam no governo do tucano Fernando Henrique Cardoso. Esta linha está explícita no trabalho do sub-relator de Contratos, o petista José Eduardo Cardozo (SP), que responsabiliza os diretores dos Correios da gestão anterior por fraudes na estatal.

A citação de Lula

A possibilidade de Serraglio citar o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no texto final desagradou aos governistas, que tentam manter a crise cada vez mais distante do presidente. O relator disse que vai incluir no texto o depoimento do deputado cassado Roberto Jefferson sobre duas conversas com Lula, em que o ex-deputado denunciou ao presidente o esquema do mensalão. A citação pode dar margem à interpretação de que Lula foi omissivo ao não investigar o esquema, e teria incorrido em crime de responsabilidade.

A lista de indiciados

O pedido de indiciamento no relatório de mais de cem pessoas, como anunciou o relator, deve ser negociado nome a nome. O governo, por exemplo, não vai aceitar a inclusão do presidente da República na lista dos indiciáveis, e brigará pela retirada dos nomes de altos funcionários do partido, como o do ex-secretário de Comunicação da Presidência da República Luiz Gushiken. A oposição também não quer os envolvidos no valerioduto tucano incluídos entre os indiciáveis da CPI.

Os fundos de pensão

Os fundos de pensão das estatais têm contestado a metodologia de trabalho da sub-relatoria desde o início das investigações, ameaçando inclusive acionar o sub-relator, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), na Justiça. Mas o sub-relator não voltou atrás nas declarações de que houve favorecimento de investimentos nos bancos do valerioduto, Rural e BMG, nem nas acusações de que foram negociados títulos com prejuízo aos fundos para transferir dinheiro para corretoras. Na última semana, Serraglio reuniu-se com dirigentes dos fundos das estatais antes da apresentação do relatório.

PLENÁRIO

Deputada recebe críticas de senadores em Plenário

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) disse em Plenário que foi inconveniente a atitude da deputada Angela Guadagnin (PT-SP) ao dançar no Plenário da Câmara dos Deputados, no início da madrugada da última quinta-feira para comemorar a absolvição do deputado João Magno (PT-MG). A deputada é membro do Conselho de Ética da Câmara e, para o senador, ela não tem condição moral para continuar no colegiado.

– O PT debocha, não sei se da população ou do Congresso. Não entro no mérito do resultado que absolveu um petista envolvido no mensalão, mas zombar da instituição merece o repúdio da população – disse Heráclito.

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), também demonstrou indignação em

Plenário com a manifestação da deputada Angela Guadagnin.

– Na sua dança canhestra, na falta de noção do que significa o respeito formal ao Parlamento, a deputada talvez tenha encarnado todo o clima de ridicularia e falta de senso que acometeu o governo – afirmou Virgílio.

O senador observou que tem recebido manifestações de cidadãos que pedem até o fechamento do Congresso, cuja imagem, avalia, desgasta-se cada vez mais, com as constantes absolvições dos deputados acusados de envolvimento com corrupção e recebimento de caixa dois.

Outro senador a criticar a deputada foi Alvaro Dias (PSDB-PR).

– Como definir essa dança? Dança da impunidade? Dança do mensalão? Dança da corrupção? – protestou.

Virgílio pede investigação do Coaf sobre Okamoto

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), comunicou em Plenário, na última sexta-feira, que está protocolando junto à Mesa requerimento para que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) investigue a origem do dinheiro utilizado pelo presidente do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, para pagar dívida de empréstimo do PT ao presidente Lula.

De acordo com o senador, um total de R\$ 29.436,26 foi destinado ao pagamento – mais do que os R\$ 25 mil recebidos pelo caseiro Francenildo Santos Costa, sob a alegação de terem sido depositados por seu pai biológico. Arthur Virgílio salien-

tou que, se o Coaf “se abriu” para fazer a investigação sobre o dinheiro transferido à conta do caseiro, não vai “se fechar” para fazer a outra análise. Nessa hipótese, segundo ele, “nós não vamos deixar”.

Rapidez na definição para a TV digital

O senador cobrou do governo rapidez na definição sobre o padrão que será adotado para a televisão digital no país. Segundo Virgílio, a melhor entre as alternativas em exame é o padrão japonês, por garantir o acesso gratuito a todos os recursos da nova tecnologia de transmissão, o que não ocorreria no caso dos sistemas europeu e americano.

Mão Santa não aceita negociações com PT

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou, na última sexta-feira, a corrente de seu partido que, segundo ele, estaria negociando com o PT o apoio à reeleição do presidente Lula. Para Mão Santa, o partido precisa ter seu próprio candidato à Presidência da República, escolhido em convenção.

Ele lembrou que parlamentares como Ramez Tebet (PMDB-MS) e Pedro Simon (PMDB-RS), que se opõem à aliança com o governo e com o PT, são os herdeiros do PMDB de Ulysses Guimarães que lutou nas ruas contra o regime militar.

– Ulysses Guimarães nos ensinou que a corrupção é o maior mal da democracia. Esperamos



Mão Santa

que aqueles que fizeram a história do PMDB e que usaram o partido para chegar ao poder tenham consciência desse fato – observou.

Mão Santa disse que as divergências entre deputados e senadores do PMDB, quanto ao apoio ao governo e à reeleição de Lula, refletem-se na disputa pelos cargos de liderança das bancadas nas duas Casas. Ressaltou que a bancada tem poder para destituir o líder e, alertou, poderá usá-lo.

O representante do Piauí destacou que o partido tem mais de 80 deputados federais, 22 senadores, nove governadores, cerca de mil prefeitos, 8 mil vereadores e mais de 2 milhões de filiados.

Maciel quer estreitar relações no Mercosul

Depois de enfatizar a importância do Mercado Comum do Sul (Mercosul) para a melhor inserção do Brasil na sociedade mundial, o senador Marco Maciel (PFL-PE) reconheceu que o grupo atravessa, atualmente, um período de dificuldades, que exige o revigoramento de seus objetivos iniciais, sob pena de colocar a perder o que já foi conseguido. O bloco completa nesta semana 15 anos de formação.

Maciel defendeu a necessidade de grande esforço no campo da educação, da cultura, da ciência e da tecnologia, para aprofundar as relações entre os países-membros do Mercosul – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – e seus associados, Chile e Bolívia.

– A experiência de outros processos de associação demonstra a importância da aproximação social e cultural para o mútuo conhecimento, desarmamento dos espíritos e mais predisposição para negociações capazes de ultrapassar as diferenças – argumentou.

No campo econômico, o aprofundamento das relações entre os países passa pela criação de um banco central para o bloco, pressuposto para a articulação das políticas macroeconômicas, na avaliação de Maciel. Para o senador, um autêntico mercado comum somente poderá funcionar com uma tarifa externa comum sobre as exportações e importações, e com a gradativa abolição



JOSE CRUZ

Maciel defende um banco central único para países do Mercosul

dos subsídios internos a cada país, bem como os respectivos impostos e taxas fronteiriças entre eles.

Paim defende o fim do fator previdenciário

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou que os sindicatos brasileiros e organismos representativos da sociedade se unirão em campanha nacional pelo fim do fator previdenciário – o cálculo que, segundo afirma, reduz em 30% as aposentadorias por tempo de contribuição dos homens e em 35% as das mulheres. O fim do fator previdenciário foi acolhido pelo Senado, mas ainda falta ser votado na Câmara.

Ao pedir aos deputados que aprovem logo essa matéria, Paim sustentou o entendimento de que a previdência pública é viável, mas que é necessário o governo parar de destinar recursos dessa instituição para outras finalidades. Ele considera desonesto o discurso de que o sistema previdenciário brasileiro está falido.

– Se pegarmos todos os recursos da Previdência, nós vamos ver que ela é superavitária, mas venderam tanto a imagem de que a previdência pública está falida que alguns acreditam – disse.

Insistindo em que o Brasil pode pagar um salário decente

para aposentados e pensionistas, Paim defendeu a ideia de que o Legislativo aprove uma norma obrigando os recursos da Previdência a ficarem efetivamente vinculados à seguridade. Ele também expressou sua satisfação com a aprovação, no Senado, de projeto que vai garantir a todo aposentado e pensionista que tiver uma doença incapacitante um reajuste correspondente a 25% de sua aposentadoria.

– Porque esse é um momento difícil da vida do aposentado e ele vai precisar de alguém que o acompanhe. Isso já existe em inúmeros países. É algo que inclusive já tem a simpatia do Ministério da Previdência.

Paim ainda cumprimentou o Senado por ter aprovado projeto de sua autoria, que autoriza a criação do Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua. Ele disse que a iniciativa tem enorme alcance social e vai contribuir para que “o Brasil não tenha mais que assistir a documentários sobre meninos envolvidos com o narcotráfico”.

Ana Júlia destaca dados otimistas sobre o governo Lula

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) fez um balanço dos bons resultados alcançados pelo governo Lula, destacando a redução do número de famílias que viviam abaixo da linha da pobreza e a criação de postos de trabalho. Segundo Ana Júlia, o Brasil era vice-líder mundial na concentração de renda e agora aparece em décimo lugar, sendo essa a melhor classificação do país em 25 anos.

Para a senadora, a redução do índice de pobreza e a diminuição da concentração de renda no país devem-se, principalmente, a programas sociais como o Bolsa-Família e ao aumento do salário mínimo.

Ela disse ainda que, em 2005, os salários tiveram os melhores reajustes registrados nos últimos dez anos – 89% superiores à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Presidência



GERALDO MAGELA

Renan se encontra com pequenos empresários

Em encontro na última terça-feira com empresários liderados pelo presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Guilherme Afif Domingos, o presidente do Senado, Renan Calheiros, prometeu empenho para restaurar os limites das alíquotas de imposto para as micro e pequenas empresas cadastradas no Simples, que foram aumentados em até 66,6% pela Receita Federal. Afif entregou a Renan carta em que o setor pede a revisão dos valores da MP 275/05, na pauta do Senado.

Os autores do documentário *Falcão - Meninos do Tráfico*, o rapper MV Bill e o produtor Célio Athayde, foram recebidos na última quinta-feira pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que se colocou à disposição para buscar soluções para problemas semelhantes aos das crianças retratadas no documentário. Renan afirmou que a realidade dura e dramática mostrada “foi como um soco no estômago de todos nós”. Para MV Bill, os parlamentares foram eleitos para ajudar a resolver esses problemas, “ou pelo menos para pensar ou perder o sono com essas questões”.



180 anos do Senado

Reaberto em 1946, o Senado enfrenta clima de tensão do pós-guerra e assegura as posses de Juscelino e João Goulart na Presidência da República



Guerra fria e governos populistas

Apesar das expectativas em torno da Constituição liberal de 1946, as atitudes ditatoriais de Dutra e a divisão do mundo entre capitalistas e comunistas representam uma ruptura com a democracia. A volta de Vargas ao poder marca o início de governos populistas e nacionalistas. Em 1956 assume JK, com seu desenvolvimentismo dos 50 anos em cinco. Na seqüência, Jânio ensaia um governo controverso, renuncia e abre uma crise que começa com a posse de Jango e culmina no golpe de 1964.

Dutra põe comunistas na ilegalidade

Reaberto após quase nove anos, o Senado reiniciou os trabalhos no intuito de implementar as transformações contidas na Constituição liberal de 1946. Entretanto, o governo do general Eurico Gaspar Dutra já acenara com atitudes ditatoriais ao proibir o direito à greve, e o período democrático foi rompido definitivamente pela influência da conjuntura internacional.

No início de 1947, as relações entre países capitalistas, liderados pelos Estados Unidos, e países comunistas, tendo à frente a União Soviética, começaram a se abalar. Era o começo da chamada Guerra Fria. No Brasil, as repercussões foram imediatas.

A Juventude Comunista teve suas atividades suspensas por seis meses em abril. Em 7 de maio, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que elegera um

senador, Luiz Carlos Prestes, e 15 deputados, foi posto na ilegalidade. Nesse ano, também foi declarado oficialmente o fim das relações entre o Brasil e a União Soviética. Em janeiro de 1948, todos os parlamentares do PCB foram cassados.

Em 1949 houve ainda a tentativa de criar o Partido Popular Progressista (PPP), mas o pedido de registro da nova agremiação foi negado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com base na interpretação de que a legenda se tratava de uma organização comunista.

Governo endurece na repressão a protestos

Qualquer crítica ou protesto mais sério era recebido pelo governo Dutra como resultado de agitação comunista. A situação era tensa. Getúlio Vargas, agora

senador, enfrentava severas críticas aos 15 anos de seu governo. Deputados e senadores, especialmente os que integravam a União Democrática Nacional (UDN), ocupavam tribunas e palanques para criticar a Era Vargas, apontando-a como responsável por todos os males por que o país passava.

Farto das acusações, Getúlio recolheu-se à sua fazenda em São Borja (RS), como num exílio voluntário, não para se afastar da política como muitos esperavam, mas para se recompor e sair vencedor no pleito de 1950. Confirmava-se o vaticínio que ele lançara no ano anterior, em entrevista ao jornalista Samuel Wainer: "Eu voltarei, não como líder político, mas como líder de massas". Vargas assumiu novamente a Presidência da República em 31 de janeiro de 1951.

Cavaleiro da Esperança registra sua luta na história do Brasil

Luiz Carlos Prestes teve seu nome inscrito na história brasileira como o "Cavaleiro da Esperança". Punido por sua "participação" na Revolta dos Tenentes de 1922 – um ataque de tifo o deixara acamado durante o movimento –, foi transferido para o Rio Grande do Sul, de onde iniciou, em 1925, a Grande Marcha, que ficou conhecida como Coluna Prestes.

Em 1926, Prestes teve contato com a doutrina marxista. Aliou-se aos comunistas em 1931, seguindo para a União Soviética.



Luiz Carlos Prestes

Chefe do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi eleito senador e participou da Constituinte em 1946, mas foi para a clandestinidade quando o registro do PCB foi cassado. Retornou à política em 1960, mas teve os direitos políticos

cassados em 1964. Foi contra a luta armada, "rachando" o PCB, quando a ala de Carlos Marighella optou pela guerrilha urbana. Viveu na União Soviética entre 1971 e 1979. Quando voltou ao Brasil, não conseguiu mais liderar o PCB. Morreu em 1990.

Nereu Ramos: atuação relevante em momentos delicados do país

Nereu de Oliveira Ramos, catarinense de Lajes, foi um dos políticos de maior destaque no período entre a revolução de 1930 e o golpe de 1964. Advogado, ingressou na política como deputado estadual em 1911. Fundou o Partido Liberal Catarinense em 1927. Elegeu-se deputado federal em 1930, mas com a revolução teve seu mandato cassado.

Em 1934, foi deputado constituinte. No ano seguinte, foi eleito governador de Santa Catarina. Continuou na chefia do estado,



Nereu Ramos

como interventor federal, até 1945.

Foi vice-presidente da República do governo Dutra e, antes de assumir como senador em 1954, ocupou a Presidência da Câmara.

Em 11 de novembro de 1955, como vice-presidente do

Senado, assumiu a Presidência da República, em virtude do impedimento de Café Filho e da deposição do presidente da Câmara, Carlos Luz. Completou o mandato de Vargas, entregando o governo a Juscelino Kubitschek em 1956. Morreu em 1958.



Operários trabalham na construção da cúpula do Senado, em Brasília, durante o governo JK

Populismo e nacionalismo em diferentes versões

Após a vitória de Getúlio Vargas como "pai dos pobres", iniciou-se uma série de governos cuja marca foi o populismo e o nacionalismo. Nem mesmo o suicídio de Vargas em agosto de 1954 e a posse do vice-presidente Café Filho mudaram essa tendência, que prosseguiu com a vitória do governador mineiro Juscelino Kubitschek, em 1955.

Juscelino era acima de tudo um liberal, mas, com sua política desenvolvimentista, prometendo crescimento de 50 anos em cinco, teve em seu período o auge do populismo no Brasil. Em janeiro de 1961, Jânio Quadros assumiu a Presidência da República.

Jânio herdou de JK um país em acelerado processo de concentração de renda e inflação. Com seu "populismo caricato", Jânio atacava as elites e acenava em defesa das camadas

oprimidas. Após tomar posse, assumiu medidas controversas e em poucos meses conseguiu ter o Congresso Nacional como adversário. Quando rompeu com seu partido, a UDN, seu governo tinha pouco tempo e já gerara grande insatisfação.

Renúncia de Jânio gera período conturbado

Entre a renúncia de Jânio, em virtude de "forças terríveis", e o golpe de 1964, foram dois anos e meio de conturbada vida política no Brasil. À renúncia (25 de agosto de 1961) deveria se seguir a posse do vice-presidente João Goulart – Jango, como era chamado –, mas este se encontrava na China em visita oficial. Assumiu então o presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazzilli.

Os ministros militares consideravam inconveniente a volta

de Jango. Em 30 de agosto, o Congresso rejeitou o impedimento do vice-presidente e a instabilidade política se agravou. Como solução, os parlamentares aprovaram, em 2 de setembro de 1961, a Emenda Constitucional 4, estabelecendo o sistema parlamentarista no país.

Em 7 de setembro, João Goulart tomou posse, indicando Tancredo Neves para a chefia do governo. O período parlamentarista acabou em janeiro de 1963, quando a população derrubou o sistema num plebiscito.

Em 1964, Jango já não tinha mais apoio no Congresso. Suas propostas de "reformas de base" não encontraram apoio nas elites e nas camadas conservadoras. Em 1º de abril, foi obrigado a renunciar, abrindo um período de mais de duas décadas de regime militar.

HISTÓRIA BRASILEIRA - CRONOLOGIA 1946-1964

31/1/1946	O general Eurico Gaspar Dutra toma posse como presidente do Brasil, substituindo José Linhares
24/9/1946	Reabertura dos trabalhos do Senado
31/1/1951	Getúlio Vargas toma posse novamente como presidente da República
24/8/1954	Vargas se suicida; assume o vice-presidente Café Filho
9/11/1955	O presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, assume a Presidência quando Café Filho se afasta por problemas de saúde
11/11/1955	O Congresso declara impedido Carlos Luz e é dada posse ao vice-presidente do Senado, Nereu Ramos
31/1/1956	JK assume a Presidência da República
21/4/1960	Inauguração de Brasília
31/1/1961	Jânio Quadros é empossado presidente da República
25/8/1961	Jânio renuncia; o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assume a Presidência na ausência do vice-presidente
2/9/1961	Aprovada a Emenda à Constituição 4, que implanta o parlamentarismo no Brasil
7/9/1961	Com seu retorno da China, João Goulart toma posse como presidente da República
8/9/1961	Instalação do primeiro gabinete, presidido por Tancredo Neves
12/7/1962	Gabinete Brochado da Rocha
18/9/1962	Último gabinete parlamentarista: Hermes de Lima
24/1/1963	Retorno ao sistema presidencialista
1º/4/1964	Golpe militar de 1964

Voz do Leitor

COMBUSTÍVEL

“Sugiro que o governo Lula reduza os impostos sobre o preço dos combustíveis para melhorar as condições de vida da população de baixa renda que depende dos transportes coletivos e outros serviços.”

Espedito Amaro do Nascimento, de Barbalha (CE)

COTAS

“Acredito que as cotas universitárias para estudantes de escolas públicas não darão certo. Haverá uma grande migração de alunos das escolas particulares para a rede pública de ensino, o que prejudicará ainda mais os estudantes carentes, aqueles que realmente necessitam ingressar em uma universidade.”

Bruno Roberto de Oliveira e Silva, de Olinda (PE)

EMPREGO

“O país precisa de novos empregos que possam atender todas as pessoas que necessitam de trabalho. As eleições se aproximam, o governo deveria tomar providências quanto a isso.”

José Aparecido Alves, de Tanque Novo (BA)

DINHEIRO PÚBLICO

“Sugiro a criação de um conselho nacional comunitário para fiscalização do uso do dinheiro público, de forma a evitar o desperdício. Ele seria formado por membros da sociedade civil e do poder público de todas as autarquias, que atuariam, voluntariamente, em prol de uma sociedade mais justa e mais humana.”

Ronaldo Rodrigues de

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Souza, de São Paulo (SP)

ESTACIONAMENTO

“Os estacionamentos urbanos são insuficientes nas grandes cidades brasileiras e não atendem à demanda da ocupação. Sugiro que sejam construídos prédios somente para a finalidade de estacionar, para haver vagas para todos, inclusive para os idosos e deficientes.”

Agnes Altmann, de Brasília (DF)

JUSCELINO

“Gostaria de cumprimentar o Senado Federal pela brilhante e merecida homenagem ao grande estadista brasileiro Juscelino Kubitschek, pela passagem dos 50 anos de posse na Presidência da República.”

Anapolino Wanderley de Carvalho, de Nerópolis (GO)

FERROVIAS

“Proponho um projeto de lei para que o governo abra concessões para a construção de ferrovias ligando as capitais do Centro-Oeste com as do Nordeste, Sudeste e Sul e as capitais dos estados do Tocantins, Acre e Rondônia.”

Plínio César Costa Angeli, de Maringá (PR)

HELOÍSA HELENA

“Parablenizo a atuação incontestável da senadora Heloísa Helena nas comissões das quais ela participa. Ela prova que é uma mulher decidida, capaz e ousada, que luta e defende os menos favorecidos. É de políticos como ela que o Brasil precisa.”

Allison Almeida, de Urbano Santos (MA)

Pergunte ao Senador

TURISMO SEXUAL

Júlio César Cardoso, de Porto Alegre (RS)

“É uma vergonha a omissão das autoridades, que acaba permitindo o turismo sexual no Brasil. Senadora Patrícia Saboya, que medidas foram efetivadas para reprimir tão torpe delinquência estrangeira perpetrada contra as crianças brasileiras no Ceará?”

A senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) responde:



Caro Júlio César, compartilho sua indignação quanto ao turismo sexual no nosso país e tenho lutado contra esse crime tão bárbaro e tão aviltante que é cometido contra nossas mulheres, crianças e adolescentes. Mas também devo dizer que o Brasil avançou bastante nessa batalha, e isso aconteceu porque houve esforços de vários segmentos da sociedade: movimentos sociais, ONGs, organismos internacionais e o próprio poder público. É claro que precisamos avançar muito mais. Não podemos mais tolerar que visitantes estrangeiros e também brasileiros (porque o turismo sexual é também praticado por brasileiros) busquem o sexo ilegal. Depois da experiência com a CPMI que investigou esses crimes durante mais de um ano, tenho a convicção de que o combate a problemas complexos como a exploração e o abuso sexual não se faz com soluções mágicas. Esse enfrentamento também é complexo e deve envolver a participação de diversos atores, em várias áreas. No Ceará, com a atuação forte dos movimentos sociais, em parceria com o poder público, desbaratamos inúmeras quadrilhas, colocando na cadeia muitos envolvidos, inclusive estrangeiros. Mas só a ação repressiva não é suficiente. Por isso, estamos tentando, no Brasil inteiro, conscientizar as diversas áreas do setor turístico, tais como donos de hotéis, bares, restaurantes, boates e táxis, de que a prática da exploração sexual é intolerável e não traz benefícios para o país e o povo. Também aprovamos, aqui no Senado, um pacote de mudanças na legislação para punir com maior rigor os envolvidos em crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes. Temos um programa importante, de alcance nacional, que é o *Sentinela*, responsável por dar assistência psicossocial às vítimas desses crimes e às suas famílias. O Brasil conta ainda com um serviço federal de disque-denúncia (0800 99-0500), que funciona diariamente e recebe denúncias de qualquer cidadão. Portanto, também cabe a cada um de nós participar ativamente desse combate, denunciando aos canais competentes as situações de violência cometidas contra as nossas crianças.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

José Jeferson de Araújo, de São Paulo (SP)

“Senador Paulo Paim, por que o PLS 82/03, que trata do adicional de periculosidade, está com sua tramitação parada?”

O senador Paulo Paim (PT-RS) responde:



Caro José Jeferson, a matéria está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e foi distribuída ao relator, senador Mão Santa, em 29 de novembro de 2005. Fomos informados por seu gabinete que o senador encaminhou o projeto para a Consultoria Legislativa a fim de adequar a redação. Também nos foi dito que o parecer à nossa proposta será favorável.

Frases

“É lamentável que o governo tenha escolhido uma bisbilhoteira para líder do PT”

Heráclito Fortes, durante discussão com a senadora Ideli Salvatti, que solicitou cópia das fitas do circuito interno do Senado.

“Invasão de privacidade é algo repugnante”

Renan Calheiros, ao condenar a divulgação dos extratos bancários de Francenildo Costa.

“Acabou a vida privada no Brasil, pois o PT aparelhou o Estado e agora vasculha tudo”

Antero Paes de Barros, referindo-se à quebra ilegal de sigilo bancário do caseiro Francenildo Santos Costa.

“As frases utilizadas nos últimos dias pela oposição lembram a velha vocação udenista de criar escândalos”

Roberto Saturnino, criticando os ataques feitos ao governo.

“Uns ficam mais felizes com Alckmin, outros ficariam mais com Serra, mas todos ficariam na mesma posição: apoio ao PSDB”

Antonio Carlos Magalhães, antecipando que a coligação do PFL com o PSDB à Presidência da República deve se concretizar.

“Essa é uma situação simbólica muito importante para que todas as moças, meninas e estudantes deste país se sintam realmente incorporadas aos Poderes da República de forma definitiva”

Ellen Gracie Northfleet, ao comentar, na CCJ, a aprovação de sua indicação para a presidência do Conselho Nacional de Justiça.

“Cada minuto sem uma ação contundente de resgate da nossa infância e da nossa adolescência significa a morte de milhares de meninos e meninas”

Patrícia Saboya, ao comentar o envolvimento de crianças e adolescentes no tráfico de drogas em favelas brasileiras.

“É legítimo que a oposição faça esse enfrentamento, mas não é legítimo impedir que Lula governe”

Serys Slhessarenko, que acusou a oposição de estar dificultando a aprovação do Orçamento.

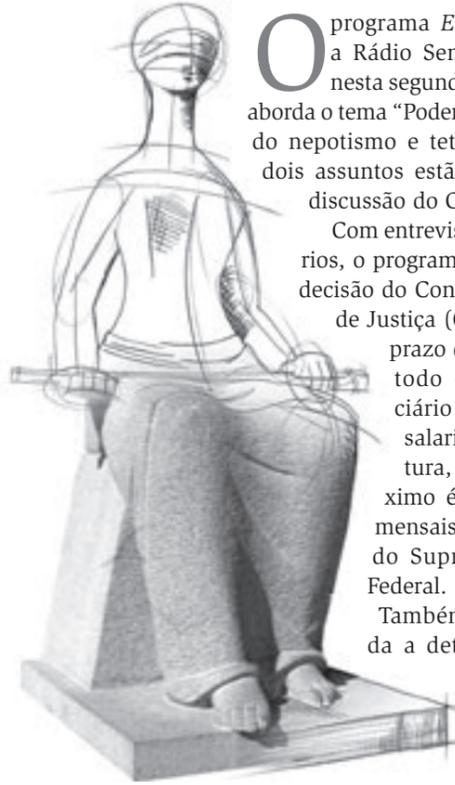
Foto da Semana

O senador Efraim Morais (E), presidente da CPI dos Bingos, lê autorização apresentada por Wlício Nascimento, advogado do caseiro Francenildo Costa, para que quebre os sigilos fiscal, bancário e telefônico de seu cliente. Francenildo teve seu extrato violado por gerentes da Caixa Econômica Federal. Os senadores querem saber agora de quem partiu a ordem para invadir a privacidade bancária do caseiro e divulgar as informações



MÁRCIA KALUME

Rádio debate fim do nepotismo



O programa *Em Debate* que a Rádio Senado transmite nesta segunda-feira, às 12h, aborda o tema "Poder Judiciário: fim do nepotismo e teto salarial". Os dois assuntos estão na pauta de discussão do Congresso.

Com entrevistas e comentários, o programa irá discutir a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que fixou prazo de 90 dias para todo o Poder Judiciário aplicar o teto salarial da magistratura, cujo valor máximo é de R\$ 24.500 mensais para ministros do Supremo Tribunal Federal.

Também será debatida a determinação do conselho de proibir o emprego de parentes de

juízes nos tribunais de justiça, o chamado nepotismo. Na Câmara, está em análise pelos deputados a Proposta de Emenda à Constituição 334/96, que visa acabar com o nepotismo nos três Poderes.

O debate é aberto à participação dos ouvintes, que podem enviar sugestões e perguntas pelo telefone (61) 3311-4085, pelo fax (61) 3311-2777, ou pelo endereço de e-mail conexao@senado.gov.br.

A programação completa da Rádio Senado está em www.senado.gov.br/radio. A emissora pode ser sintonizada na FM 91,7 MHz.

TV Senado lembra vida e obra de Pablo Picasso

A vida e a obra do artista espanhol Pablo Picasso serão exploradas no especial de três partes *Dias de Picasso*, que a TV Senado começa a exibir no final de semana.

Pablo Ruiz Picasso (1881-1973), ícone do cubismo, é considerado

um dos artistas mais famosos e mais versáteis do século 20.

O especial vai ao ar nas próximas três semanas, sempre nas sextas, às 22h30. A atração tem reprise nos sábados, às 16h e às 21h30, e no domingo, às 15h30 e às 22h.

Apesar de ser autor de esculturas e outras obras, é a pintura *Guernica* que tornou notório o trabalho de Picasso. O painel, em exposição no Centro de Arte Rainha Sofia, em Madri, retrata a cidade basca de Guernica após bombardeio pelos aviões da Luftwaffe de Adolf Hitler.

Por sua fama de simpatizante comunista, o pintor era alvo de controles frequentes pelos alemães durante a invasão da França pelo regime de Hitler. Uma das revistas alemãs no ateliê de Picasso em Paris rendeu uma história célebre. Questionado por um oficial nazista se foi ele quem fez o quadro *Guernica*, o artista respondeu:

- Não, vocês o fizeram.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/ Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/ Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
14h10 - Senado Notícias
14h30 - Música e Informação
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música e Informação

SÁBADO

8h - Música e Informação
9h - Prosa e Verso
11h - Música Erudita
12h - Música e Informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e Informação
22h - Vozes do Século XX
23h - Música e Informação

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros
9h30 - Música e Informação
11h - Música do Brasil (reprise)
12h - Música e Informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Música e Informação
17h - Vozes do Século XX (reprise)
19h - Música e Informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

MEIO AMBIENTE

Preservação e partilha de benefícios

Tire o parque do papel e proteja a natureza. Com essa frase em português e em inglês, e com animais e plantas de papel, elaborados por crianças de diversos países, manifestantes do Greenpeace receberam, em Curitiba, os representantes de 187 países que participam da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica. A manifestação serviu como advertência para que se alcance um dos principais objetivos do evento: ampliar a implementação da convenção, que entrou em vigor há mais de dez anos.

A efetivação de áreas de conservação em todo o mundo está entre os principais temas do encontro em Curitiba, que tratará também do regime de acesso a recursos genéticos e da participação de comunidades indígenas nos resultados da exploração da biodiversidade.

Nos últimos três anos, o governo brasileiro criou novas áreas



Animais de papel são usados em manifestação do Greenpeace, durante conferência sobre diversidade biológica, em Curitiba

de conservação que somam 15 milhões de hectares, dos quais 70% destinam-se ao uso sustentável de florestas e 30% a unidades de proteção total. A área equivale a 30% de tudo o que havia sido criado no país durante os 70 anos anteriores. Mesmo assim, reconhecem autoridades brasileiras, ainda são necessários

investimentos na proteção de novos biomas terrestres e de áreas costeiras e marinhas.

Segundo informou o diretor de Ecossistemas do Ibama, Valmir Ortega, existe a intenção de se criarem novas unidades em regiões ainda pouco representadas no sistema, como o cerrado, o pantanal e a caatinga.

Governo conclui regras de acesso a recursos genéticos

O projeto que definirá as condições de acesso aos recursos genéticos brasileiros já está "praticamente finalizado", segundo informou a ministra do Meio Ambiente, senadora licenciada Marina Silva, após a abertura da conferência. E o governo definirá em breve se abre consulta pública sobre a proposta ou se a envia diretamente ao Congresso.

– A maior parte das questões polêmicas está superada, e teremos uma lei em consonância com o regime internacional que preconizamos, que viabiliza o acesso com justa remuneração aos países detentores de recursos genéticos – adiantou.

No discurso de abertura da conferência, Marina Silva disse que as leis nacionais, embora importantes, ainda seriam insu-

ficientes para garantir o direito a uma justa recompensa por parte dos países detentores de recursos genéticos.

A aprovação de um regime internacional de acesso a recursos genéticos poderá ajudar a combater a biopirataria e render ao Brasil pelo menos US\$ 100 milhões anuais de direitos compensatórios, segundo cálculos preliminares. Mas esses resultados não aparecerão de imediato: as negociações em andamento na conferência poderão ser concluídas apenas na próxima reunião, prevista para daqui a dois anos.

O projeto do governo para regulamentar o acesso a recursos genéticos dentro do país deve prever o pagamento de um pequeno tributo para se garantir o uso dos recursos.

SENADO

Senado e Unisul assinam convênio para ensino a distância



Bornhausen (E), ao lado de Efraim, e Agaciel (D) participam da solenidade com o reitor da Unisul, Gérson da Silveira

O Senado Federal, por meio do ILB (Instituto Legislativo Brasileiro) e da Unilegis (Universidade do Legislativo), firmou convênio com a Unisul (Universidade do Sul de Santa Catarina) para desenvolvimento de projetos conjuntos no ensino a distância.

– Essa parceria é importante para a preparação de funcionários e estudantes. Estamos melhorando e preparando a mão-de-obra para o futuro – assinalou o 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB).

O reitor da Unisul, Gérson da Silveira, explicou que o convênio atende a estudantes que precisam de formação específica em assuntos do Poder Legislativo.

– Podemos contribuir, pois a universidade tem experiência em ensino a longa distância – disse.

Silveira informou que em dois anos, desde que a formação a distância começou na Unisul, o número de alunos nos cursos de graduação chegou a 6 mil. Na pós-graduação, são 5 mil matriculados. O reitor lembrou ainda que a taxa de evasão não passa de 6%.

– É uma iniciativa importante para quem trabalha com o Legislativo no país inteiro – acrescentou.

Participaram da solenidade o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que, quando ministro da Educação, assinou o ato de criação da Unisul; o diretor-executivo do ILB, Florian Madruga; e o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia.

Conheça o Senado

Urnas para votações secretas

Apesar de as votações secretas no Plenário do Senado serem realizadas na maioria das vezes por meio eletrônico, o Regimento Interno da Casa prevê também o uso de urnas, em cabines indevassáveis, para algumas deliberações. Nesse caso, são utilizadas cédulas.

Antes da existência do voto eletrônico, com a apresentação imediata do resultado no painel eletrônico disposto no Plenário, os senadores usavam as urnas para boa parte das deliberações. É realizada votação secreta

quando o Senado tem de se manifestar sobre exoneração do procurador-geral da República; perda de mandato de senador; prisão de senador e autorização da formação de culpa, no caso de crime inafiançável; suspensão das imunidades do parlamentar durante estado de sítio; escolha de autoridades; eleições para cargos da Mesa; e por determinação do Plenário.

As urnas continuam sendo utilizadas em duas oportunidades: nas eleições para formação da Mesa, que ocorrem a cada dois

anos, e em votação sobre perda de mandato de senador.

De forma geral, as deliberações são feitas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos membros, ou seja, o primeiro número inteiro após a metade. Sendo 81 os senadores, para que sejam realizadas as votações devem estar presentes no mínimo 41 parlamentares.

As urnas utilizadas à época do Império até o início da República, em 1903, eram de prata e podem ser vistas atualmente no Museu do Senado.

DIVULGAÇÃO MUSEU DO SENADO



Urnas de prata que compunham a mesa do Plenário, usadas até 1903, estão expostas no Museu do Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatéo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.

Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Sílvia Gomide e

Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Honra é um direito de todo cidadão

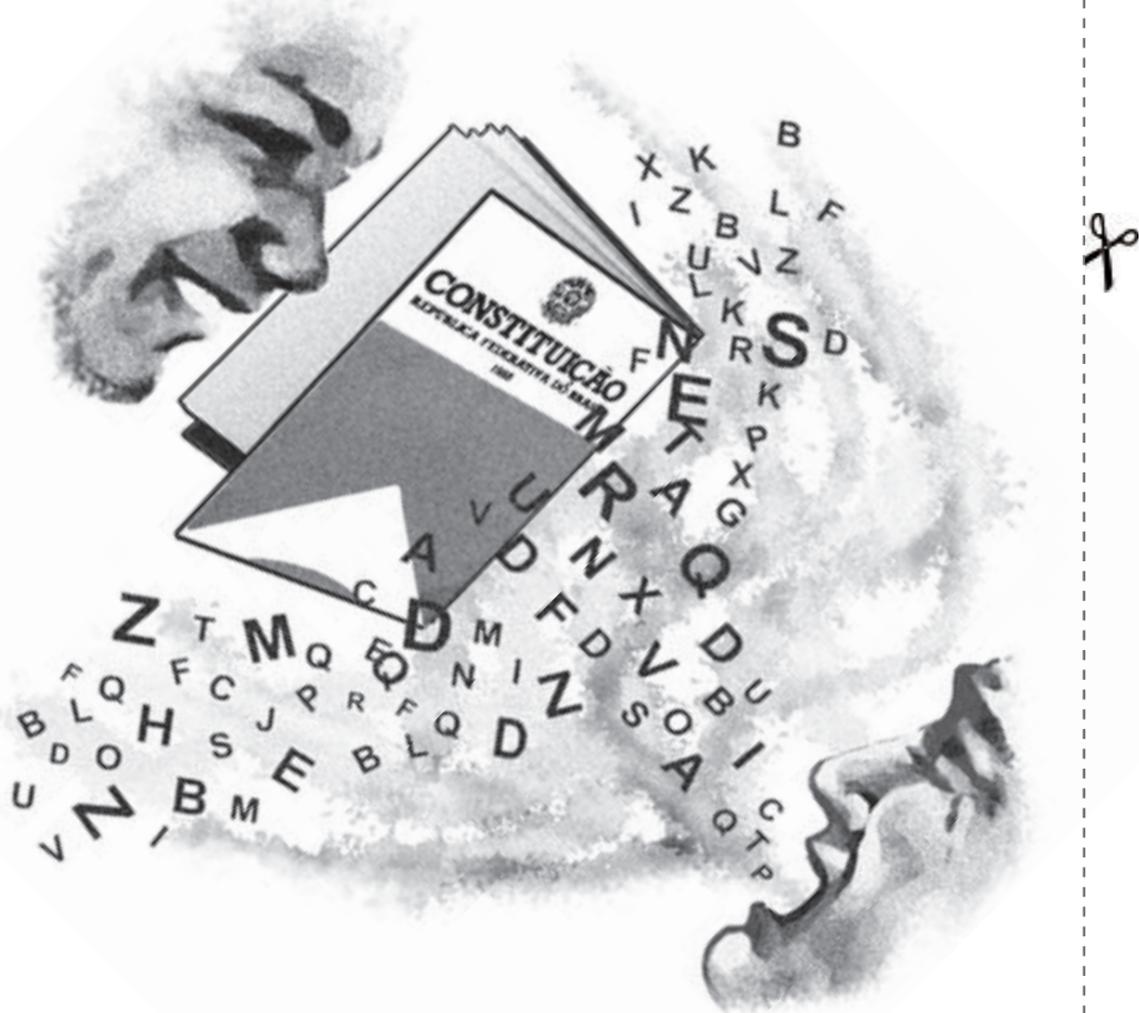
É muito comum os jornais trazerem notícias sobre políticos e funcionários públicos indignados com o depoimento de uma pessoa ou com uma notícia divulgada pela imprensa que consideram ofensivos à sua honra, e dispostos a denunciar aqueles que julgam tê-los ofendido como uma forma de exercer sua cidadania.

Esses são casos amparados pela Constituição federal de 1988, que garantiu não só aos políticos como a todo cidadão brasileiro a inviolabilidade da sua intimidade, vida privada, honra e imagem, e o direito à indenização pelo dano moral decorrente de sua violação.

A honra é o conjunto de atributos

morais e intelectuais de uma pessoa que a faz merecedora da estima social e um bem do cidadão. É assegurada pelas leis, em especial pelo Código Penal, que define três formas de crimes contra a honra – calúnia, injúria e difamação –, cometidas por um cidadão ou grupo de pessoas; e pela Lei de Imprensa, que estabelece as penas para os veículos de comunicação, como jornais, revistas, rádios e TVs, que praticarem esses crimes.

E é sobre esse direito fundamental do cidadão que o *Especial Cidadania* fala nesta edição. Você vai saber o que são os crimes da palavra, como denunciá-los e como estar atento para não correr o risco de cometê-los.



O que são os crimes da palavra e suas penas

Calúnia

Se fulano afirma que sicrano furtou um objeto da residência de sua vizinha, sabendo que ele não fez isso, está cometendo uma calúnia, porque furto é crime e porque o acusador sabe que não foi sicrano o responsável. A calúnia, portanto, pressupõe acusação inverídica sobre prática de um crime.

Pena – Detenção de seis meses a dois anos e multa. Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a afirmação, mesmo assim a espalha ou divulga.

Difamação

A difamação ocorre quando fulano afirma que sicrano fez algo que prejudica a reputação de sicrano e outra pessoa fica sabendo da afirmação. Por exemplo, fulano diz a outra pessoa que sicrano foi trabalhar várias vezes embriagado. Mesmo que seja verdade, fulano está comprometendo a reputação de sicrano. A difamação ocorre, portanto, quando se atribui a alguém fato ofensivo, verdadeiro ou não, mas que não é crime

Fonte: Ministério Público do Estado do Paraná

(embriaguez não é crime).

É importante observar que é imprescindível que o ofensor aja com vontade exclusiva de ofender a reputação alheia.

Pena – Detenção de três meses a um ano e multa.

Injúria

A injúria consiste na ofensa à dignidade (moral) ou decoro (atributos de ordem física ou intelectual) da pessoa. A injúria ocorre mesmo quando só a vítima toma conhecimento, não precisando ser uma acusação pública. Na injúria, não se atribui a prática de um crime ou ato específico.

Se fulano chama sicrano de imbecil, vagabundo ou desonesto, por exemplo, comete injúria porque fere a dignidade dele por uma qualificação negativa, mesmo que nenhuma outra pessoa tenha escutado.

Pena – Detenção de um a seis meses ou multa. Caso o ofensor, na injúria, faça referência a raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, a pena aumenta, prevendo reclusão de um a três anos e multa.

Como denunciar calúnia, injúria ou difamação

Segundo Geraldo Nunes, procurador aposentado e ex-chefe do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para denunciar a ocorrência de calúnia, injúria ou difamação a pessoa deve juntar as provas do fato e procurar um advogado para que ele apresente uma queixa-crime ao juízo criminal da sua cidade, se houver, ou ao juiz da comarca.

Lembre-se que para cada ação judicial são definidos prazos de prescrição e decadência, após os quais já não se pode iniciá-la. Por isso, consulte o advogado o mais rápido possível.

Caso o ofensor se retrate da calúnia ou da difamação de forma considerada suficiente pelo juiz e antes de proferida a sentença, fica isento da pena. Isso não ocorre na injúria, porque nesse

crime não há acusação sobre um fato determinado.

Para exigir indenização pelo dano moral eventualmente sofrido em decorrência de crime da palavra ou em razão de qualquer outra causa, solicite ao advogado que entre também com uma ação de reparação de danos morais, desta vez junto ao juízo cível da sua cidade, se houver, ou junto ao juiz da comarca.

Cuidados para não incorrer em ofensa

Na internet

Se você usa a internet ou participa de comunidades virtuais, esteja alerta, pois o que às vezes parece diversão inocente pode se configurar crime, não só contra a honra, como também outras modalidades, como apologia às drogas, pedofilia e racismo.

No trabalho

O ambiente de trabalho em geral concentra grande número de pessoas, o que

o torna propício a boatos, trânsito de correspondência e outras ações que podem vir a caracterizar crime contra a honra da pessoa objeto da informação divulgada. Todo cuidado é pouco, uma vez que o que parece simples fofoca pode resultar em processo judicial.

Comércio, serviços de proteção ao crédito e condomínios

Atenção redobrada para

quem trabalha ou é dono de estabelecimento comercial: ao cobrar uma dívida, certifique-se de fazê-lo rigorosamente de acordo com a lei, evitando a cobrança agressiva. Muito cuidado também ao inscrever pessoas nos serviços de proteção ao crédito ou ao fazer e divulgar listas de devedores.

Informação importante

É crime também ofender a honra de pessoa morta.

Lei prevê reparação a dano moral

Nos crimes contra a honra, além de denunciar o delito, o ofendido pode pedir na Justiça reparação pelo dano moral que sofreu. Considera-se dano moral a dor subjetiva que, fugindo à normalidade do dia-a-dia da pessoa, venha a lhe causar desequilíbrio emocional, interferindo intensamente em seu bem-estar. É importante não confundir o dano moral com aborrecimentos comuns do dia-a-dia, próprios da complexidade das relações sociais existentes hoje.

O dano moral pode ser causado também no âmbito das relações familiares, de consumo, de traba-

lho e em quase todos os setores da vida em sociedade. Prejuízos à reputação, à integridade física, às convicções, à paz interior, às crenças íntimas, à segurança e tranquilidade, à honra, ao crédito, à liberdade, à vida, entre outros, configuram dano moral.

A indenização é estabelecida pelo juiz com base na extensão e gravidade do dano, nas circunstâncias pessoais, sociais e econômicas do ofendido e do ofensor, com o objetivo de dar uma satisfação psicológica à vítima e exemplo ao ofensor e à sociedade para que a conduta não se repita.

Fonte: revista *Consultor Jurídico* - www.conjur.com.br

Informações, leis e projetos

Ministério da Justiça
www.mj.gov.br - (61) 3429.3000
Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)
www.oab.org.br - (61) 3316-9600
Procon
www.portaldoconsumidor.gov.br/procon.asp

Legislação

Constituição - artigo 5º
Código Penal - Parte Especial - Título I - Capítulo V - Dos crimes contra a honra
Lei 5.250/67 - Lei de Imprensa
Código do Consumidor
www.planalto.gov.br

Projetos de lei

PLS 6.418/05 e PLS 225/04, ambos

do senador Paulo Paim (PT-RS): definem os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. Propõem que, em caso de crime de injúria qualificada pelo uso de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou com deficiência, caiba ação penal pública condicionada à representação do ofendido.

PLS 116/04, proposto pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO): revoga os procedimentos especiais relativos aos crimes de responsabilidade de funcionários públicos.

PLS 135/03, de iniciativa do senador Delcídio Amaral (PT-MS): dispõe sobre os crimes contra a

intimidade e a vida privada das pessoas.

PL 6.314/05: propõe a concessão de imunidade à opinião de professor ou ministro religioso em relação aos crimes de injúria e difamação.

PL 3.369/04: propõe a aplicação da pena por difamação ao responsável pelo registro nos serviços de proteção ao crédito de nome de devedor sem o nome dos seus pais os números de seu CPF e cédula de identidade, bem como pelo registro em que o débito que o fundamenta já tenha sido pago.

Todos os projetos sobre o assunto podem ser consultados nas páginas do Senado (www.senado.gov.br) e da Câmara (www.camara.gov.br).